



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS PINHEIRO
CURSO PEDAGOGIA LICENCIATURA

JAINA CRISTINA DE SÁ SODRÉ

FAMÍLIA E ESCOLA: Uma parceria necessária para o processo de inclusão do
aluno com Transtorno do Espectro Autista

Pinheiro
2025

JAINA CRISTINA DE SÁ SODRÉ

FAMÍLIA E ESCOLA: Uma parceria necessária para o processo de inclusão do
aluno com Transtorno do Espectro Autista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, para
obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Lúcia de Souza
Holanda

Pinheiro

2025

Sodré, Jaina Cristina de Sá

Família e escola: uma parceria necessária para o processo de inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista. Jaina Cristina de Sá Sodré. – Pinheiro, MA, 2025.

68 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia Licenciatura) – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Pinheiro, 2025.

Orientador(a): Prof. Profa. Ma. Maria Lúcia de Souza Holanda

1. Família. 2. Escola. 3. Transtorno do Espectro Autista(TEA). I. Título.

CDU 376.36+37.018.2(812.1)

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Nicóle Lima Araujo – CRB-2 1893/O**

JAINA CRISTINA DE SÁ SODRÉ

FAMÍLIA E ESCOLA: Uma parceria necessária para o processo de inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista

Monografia apresentada junto ao Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Lúcia de Souza.

Aprovada em: 23 / 01 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA LUCIA DE SOUZA HOLANDA**
Data: 14/02/2025 21:05:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ma. Maria Lúcia de Souza Holanda (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
 **IRACYRAN DE ASSUNCAO CORREA CONDE**
Data: 14/02/2025 19:31:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Esp. Iracyran de Assunção Correa Conde
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente
 **RYERMESON PEREIRA MARTINS**
Data: 15/02/2025 08:24:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Esp. Ryermeson Pereira Martins
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Com gratidão, dedico este trabalho a
Deus. Devo a Ele tudo o que sou.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me permitido chegar até aqui, pela minha vida e minha saúde.

A minha família e especialmente a minha mãe Margarida e ao meu pai João por sempre está comigo nessa longa jornada, e em todos os momentos da minha vida.

A minha filha Aurora, uma preciosidade que Deus colocou na minha vida, onde toda a minha vida se resume.

Também aos meus amigos que encontrei nesta jornada acadêmica.

A minha orientadora prof.: Maria Lúcia de Souza Holanda, obrigada pelo apoio, dedicação pelos seus ensinamentos, e por dedicar um pouco do seu tempo para me ajudar nessa trajetória. Você é uma profissional magnífica, já mais esquecerei de você e tudo que fez por mim. Expresso aqui toda a minha gratidão do fundo do meu coração.

A todos da escola Municipal Concita Viegas, por ter contribuído no desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em especial a todos os docentes que contribuíram ao longo desse processo.

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que requer uma abordagem educativa e emocionalmente sensível para garantir uma inclusão escolar eficaz. Este trabalho explora a importância da colaboração entre família e escola como uma estratégia fundamental para o sucesso da inclusão de alunos com TEA. Como objetivo geral buscou-se analisar a importância da colaboração entre família e escola no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), identificando como uma parceria efetiva pode promover um ambiente educacional mais inclusivo e pode oferecer suporte adequado para o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos. Como aporte teórico buscou-se a contribuição de autores como (Honda, (2020), Montam (2003), Cunha (2015), Menezes (2012) e outros. Para a execução da pesquisa, adotou-se a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, tomando por base os materiais publicados, tais como: livros, revistas e artigos, periódicos, dissertações, teses, e outros disponíveis em bibliotecas virtuais: como Google Acadêmico e scielo, lilacs, e outros que julgamos válidos como referencial teórico para a consolidação científica deste estudo. Para o corpus da pesquisa, no sentido de obter respostas às questões levantadas, foi realizado o questionário semiestruturado com cinco (5) perguntas direcionadas para os professores incluindo tutores regentes no lócus da pesquisa. O estudo foi realizado na escola que recebe o nome de Escola Municipal Concita Viegas, situada na cidade de Pinheiro/MA. Após as análises dos dados foi possível constatar que a parceria família e escola é de suma importância no processo de inclusão dos discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tanto para desenvolvimento, como também para o processo ensino e aprendizagem dessas crianças. A pesquisa nos revelou, que a cooperação entre pais e educadores não apenas facilita a adaptação do aluno ao ambiente escolar, mas também contribui significativamente para seu desenvolvimento acadêmico e social. Uma parceria bem estabelecida entre família e escola não só apoia o aluno com TEA, mas também fortalece a comunidade escolar como um todo. Conclui-se, que uma parceria bem estabelecida entre família e escola não só apoia o aluno com TEA, mas também fortalece a comunidade escolar como um todo. Esta colaboração é essencial para criar um ambiente educacional que valorize a diversidade e promova o crescimento integral de todos os alunos.

Palavras-chave: Família. Escola. Transtorno do Espectro Autista (TEA).

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a condition that requires an educationally and emotionally sensitive approach to ensure effective school inclusion. This paper explores the importance of collaboration between family and school as a fundamental strategy for the successful inclusion of students with ASD. As a general objective, we sought to analyze the importance of collaboration between family and school in the process of inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), identifying how an effective partnership can promote a more inclusive educational environment and offer adequate support for the academic and social development of these students. As a theoretical contribution, we sought the contribution of authors such as (Honda, (2020), Montam (2003), Cunha (2015), Menezes (2012) and others. In order to carry out the research, we adopted bibliographical research, with a qualitative, exploratory and descriptive approach, based on published materials, such as: books, magazines and articles, journals, dissertations, theses, and others available in virtual libraries: such as Google Scholar and Scielo, Lilacs, and others that we considered valid as a theoretical reference for the scientific consolidation of this study. For the corpus of the research, in order to obtain answers to the questions raised, a semi-structured questionnaire was carried out with five (5) questions addressed to the teachers, including the tutors who were in charge of the research locus. The study was carried out at the Concita Viegas Municipal School, located in the city of Pinheiro/MA. After analyzing the data, it was possible to see that the family and school partnership is of paramount importance in the process of including students with Autism Spectrum Disorder (ASD), both for development and for the teaching and learning process of these children. The research revealed that cooperation between parents and educators not only facilitates the student's adaptation to the school environment, but also contributes significantly to their academic and social development. A well-established partnership between family and school not only supports the student with ASD, but also strengthens the school Community as a whole. In conclusion, a well-established partnership between family and school not only supports the student with ASD, but also strengthens the school community as a whole. This collaboration is essential for creating an educational environment that values diversity and promotes the integral growth of all students.

Keywords: Family. School. Autism Spectrum Disorder (ASD).

LISTA DE SIGLAS

ASGs	Auxilia de Serviço Gerais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BPC	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
CID	Classificação Internacional de Doenças
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CIPTEA	Carteira de Identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatística de Transtorno Mentais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBD	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
PNE	Plano Nacional de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEA	Transtorno do Espectro Autista
PNDPD	Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
SUS	Sistema Único de Saúde
PEI.	Plano Educacional Individualizado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. MARCOS HISTÓRICOS NO ESTUDO E DIAGNÓSTICO DO AUTISMO INFANTIL	15
3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): Definição e Características	20
3.1 Definição e caraterísticas	20
3.2. Diagnóstico e Identificação precoce do Transtorno Espectro Autista	21
3.3. Desafios e Necessidades Educacionais dos Alunos com TEA	23
4. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA	26
5. FAMÍLIA E ESCOLA: Parceria necessária para Processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com transtorno Espectro Autista	36
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
6.1 Caracterização do campo da pesquisa	41
6.2 Contexto da Pesquisa	42
6.3 Participantes da Pesquisa	42
6.4 Instrumento de produção de dados	43
7. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	45
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de uma criança com autismo no ambiente escolar é um desafio que exige um esforço conjunto de todos os envolvidos: a família, a escola e a própria criança. Essa parceria é fundamental para criar um ambiente de aprendizado que não apenas acolha, mas também valorize as diferenças e promova o desenvolvimento integral da criança (Lemos; Salomão; Agripino-Ramos, 2014).

Para Silva e Menezes (2022) a família é o primeiro e mais importante suporte na vida de uma criança com autismo. Ela conhece a criança de maneira profunda e pode fornecer informações essenciais sobre suas necessidades, preferências e desafios. Além disso, a família desempenha um papel vital na continuidade dos esforços educacionais e terapêuticos em casa, reforçando as habilidades adquiridas na escola. Para Farias *et al.*, (2023) é fundamental que os pais e responsáveis estejam abertos ao diálogo com a equipe escolar, compartilhem observações e trabalhem juntos para ajustar estratégias conforme necessário. A participação ativa da família ajuda a garantir que a abordagem educacional esteja alinhada com as necessidades individuais da criança e que qualquer problema ou progresso seja rapidamente

Para Caneda e Chaves (2014) a parceria família e escola é necessária no processo de inclusão e desenvolvimento escolar da pessoa com deficiência, e especificamente na criança com Transtorno do Espectro Autista. Nesse aspecto, ambas desempenham funções imprescindíveis para que haja uma educação de qualidade e uma formação eficiente, e é necessário que haja uma conexão afetiva entre ambos. Segundo Maturana (2015), a relação ativa família e escola, vem favorecer positivamente no processo de inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito escolar.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as principais contribuições da parceria família e escola para o processo de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista na escola municipal Concita Viegas. De modo específico, buscou-se identificar o nível de participação das famílias dos alunos com Transtorno do Espectro Autista matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Concita Viegas, bem como, conhecer quais os principais desafios que a Escola Municipal Concita Viegas encontra, para efetivar essa parceria com pais/responsáveis. Com a intenção de aprofundar no conhecimento referente temática, buscou-se averiguar quais meios a escola utiliza para efetivar a

parceria entre a família escola e por fim, reconhecer a importância da parceria família e escola para processo inclusão do aluno com TEA no contexto educacional.

O interesse em pesquisar o tema “Família e Escola: Uma parceria necessária para o processo de inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista” surge da crescente necessidade de entender e aprimorar as práticas de inclusão escolar para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com o aumento das demandas por uma educação inclusiva e adaptada às necessidades de todos os alunos, a colaboração efetiva entre família e escola se torna um fator fundamental para o sucesso desse processo.

Para o estudo em questão, adotou-se a pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, por meio de estudo bibliográfico. Os resultados foram obtidos por meio da aplicação do questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas e entrevista com o intuito de responder a seguinte questão norteadora: Até que ponto a parceria família e escola contribui no processo de inclusão das crianças com Transtorno do Espectro autista, matriculados no ensino regular na Escola Concita Viegas, na cidade de Pinheiro-MA?

Foi possível compreender por meio desse estudo, que a inclusão de alunos com TEA apresenta desafios específicos que vão além das práticas pedagógicas tradicionais. Esses desafios incluem a necessidade de estratégias personalizadas de ensino, suporte emocional e ajustes no ambiente escolar para atender às particularidades desses alunos. Reconhecendo que a família possui um conhecimento íntimo e profundo sobre o comportamento, interesses e as necessidades dos filhos.

Esse trabalho de conclusão de curso em Pedagogia, vem apresentar uma reflexão sobre a parceria família e escola no processo de inclusão da criança com Transtorno Espectro Autista. Está organizado em oito seções: Introdução; marcos históricos no estudo e diagnóstico do Transtorno Espectro Autista Infantil; Transtorno Espectro Autista: conceitos e características; Políticas Públicas e o processo de inclusão escolar das crianças com Transtorno Espectro Autista; Família e Escola: Parceria necessária para o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com Transtorno Espectro Autista; Procedimentos Metodológicos; Considerações Finais.

Por fim, foi possível por meio dos resultados entende que a parceria entre família e escola não é apenas desejável, mas absolutamente necessária para a inclusão escolar bem-sucedida de crianças com autismo. Uma relação ativa de

ambos os lados, não só promove uma melhor adaptação do aluno ao ambiente escolar, mas também fortalece a rede de suporte ao redor da criança, facilitando seu crescimento e desenvolvimento em um contexto inclusivo. Portanto, para que a inclusão escolar seja verdadeiramente efetivada, é importante que essa parceria seja cultivada e sustentada ao longo de toda a trajetória escolar da criança.

Com os aportes teóricos selecionados e as informações obtidas junto aos professores, ficou evidente que a família desempenha um papel fundamental no processo de inclusão. Os pais, como principais conhecedores das necessidades e potencialidades de seus filhos, fornecem informações essenciais que permitem aos profissionais da educação elaborarem estratégias pedagógicas mais eficazes e acessíveis. A participação ativa dos pais, desde o planejamento até a execução das atividades escolares, contribui significativamente para a adaptação do ambiente escolar e para o desenvolvimento de abordagens educacionais mais inclusivas.

2. MARCOS HISTÓRICOS NO ESTUDO E DIAGNÓSTICO DO AUTISMO INFANTIL

O contexto histórico do autismo infantil revela uma trajetória de evolução significativa na forma como entendemos, diagnosticamos e tratamos o autismo. A palavra "autismo" tem suas raízes na palavra grega "αὐτός" (autós), que significa "eu mesmo" ou "auto". Esse termo grego refere-se ao próprio indivíduo ou ao próprio ser, ou seja, "voltar-se para si mesmo". Evêncio Fernandes (2019) revelam que o termo autismo remete às ações em torno de si e já tinha sido utilizado por volta de 1910 por Bleuler, ao abordar critérios diagnósticos da esquizofrenia, transtorno que durante muitas décadas foi atribuído às características autísticas na infância.

No século XIX e início do século XX, alguns autores descreveram comportamentos que hoje seriam reconhecidos como autismo, mas sem a compreensão ou terminologia adequada. Esses casos eram frequentemente classificados como "retardo mental" ou outros diagnósticos vagos. Desde os primórdios do diagnóstico de Leo Kanner e Hans Asperger, o autismo tem sido foco de discussões nos aspectos nosológicos, fenomenológicos, etiológicos, educativos, terapêuticos e familiares (Paoli & Machado, 2022)

Em 1943, de acordo com Thamanaha, Perissinoto e Chiari, (2008) historicamente o Autismo Infantil foi definido por Kanner, como sendo inicialmente denominado Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, com características comportamentais bastante específicas. Segundo os autores, Kanner usou o termo "autismo infantil precoce" para descrever as seguintes condições: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos.

Suplicy (2003), em suas pesquisas em relação ao autismo infantil, ressalta que historicamente inúmeros psiquiatras, tais como Maudsley, (1867), Bleuler (1906), Heller (1928), Potter (1933), Kanner (1943) Rutter (1987), são considerados pioneiros nos estudos e pesquisas relacionadas as crianças com desordens graves, tentando não apenas correlacionar sintomas, mas também elaborar classificação básica para insanidades. O psiquiatra Leo Kanner publica um estudo com 11 crianças, descrevendo um padrão de comportamento que inclui dificuldades na comunicação,

interação social e comportamentos repetitivos. Kanner usa o termo "autismo" para descrever esses sintomas, marcando o início da identificação formal do transtorno.

Quase simultaneamente, o psiquiatra austríaco Hans Asperger em 1944 descreveu casos semelhantes, mas com foco em crianças que apresentavam habilidades intelectuais e linguísticas relativamente preservadas.) propôs em seu estudo a definição de um distúrbio que ele denominou "Psicopatia Autística, manifestada por transtorno severo na interação social (Thamanaha; Perissinto; Chiari, 2008).

Em 1944, os autores supracitados, relata que o psiquiatra austríaco Hans Asperger descreveu um grupo de crianças com características semelhantes, mas que mostravam um desenvolvimento de linguagem relativamente normal. Esse quadro mais leve viria a ser conhecido como Síndrome de Asperger (Thamanaha; Perissinto; Chiari, 2008).

No percurso de 1960, surge a teoria da "mãe gelo" (ou "mãe fria") proposta pelo psiquiatra e psicólogo Leo Kanner na década de 1950. Kanner foi um dos pioneiros no estudo do autismo e, inicialmente, associou o desenvolvimento do autismo a aspectos das relações familiares, especificamente ao estilo parental. Pesquisas revelam que a teoria da "mãe gelo" não foi a ideia de um único autor, mas sim um conceito que surgiu em parte devido à interpretação incorreta dos dados disponíveis na época. A ideia de que mães emocionalmente distantes poderiam causar autismo foi amplamente rejeitada e desacreditada conforme a compreensão do autismo avançou. A partir dos anos 1960, a pesquisa mostrou que o autismo tem causas neurológicas e genéticas, e a teoria da "mãe gelo" foi amplamente desacreditada e substituída por uma visão mais moderna e baseada em evidências.

A década de 1970 viu o surgimento do movimento de direitos civis para pessoas com deficiência e uma maior conscientização sobre o autismo. As famílias e defensores começaram a lutar por uma compreensão mais justa e pelo acesso a tratamentos e serviços adequados.

No decorrer de 1980, desperta uma evolução dos critérios diagnósticos do autismo. De acordo com Martinhago & Caponi, (2019), o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da American Psychiatric Association começou a incluir o autismo como um diagnóstico formal. Os respectivos autores pontuam que o DSM-III, publicado em 1980, reconheceu o autismo, constituindo-se uma mudança de paradigma ao iniciar o rompimento com a psicanálise,). Em suas

análises, os autores asseguram que o autismo passou a ter designação própria: “Transtorno Autista”, incluído nos transtornos invasivos de desenvolvimento (TID).

Posteriormente, na publicação do DSM-IV (1994), Santos *et al.*, (2016), assinala que foi introduzido nesse manual, o conceito de Transtornos do Espectro Autista (TEA.), agrupando várias condições relacionadas, incluindo a Síndrome de Asperger. Em 1990, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais quarta edição (DSM-IV), foi publicado pela Associação Americana de Psiquiatria para a classificação dos transtornos mentais, é usado para diagnosticar o transtorno do espectro autista.

De acordo com o manual, os TEA são um grupo de doenças caracterizadas por deficiências na interação recíproca social, comunicação, padrões repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades. Além disso, esses pacientes podem apresentar outros sintomas como irritabilidade, explosões de raiva, comportamentos auto agressivos, desatenção, contato visual pobre, diferentes níveis de cognição e distúrbios motores (SANTOS *et al.*, 2016).

A partir dos anos 2000, o DSM-5 consolida o autismo em um único diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), integrando diagnósticos anteriormente separados, como a Síndrome de Asperger e o Transtorno Desintegrativo Infantil. Esta abordagem reflete uma compreensão mais matizada e continua a evoluir a forma como o transtorno é diagnosticado e tratado. O foco atual está na neurodiversidade, promovendo uma visão mais inclusiva e adaptativa do TEA. As intervenções precoces e personalizadas são enfatizadas, e há um crescente interesse na pesquisa sobre as causas genéticas e neurológicas do transtorno (Bialer; Voltolini, 2022).

A inclusão social e a adaptação das práticas educacionais e de apoio são prioridades, refletindo uma maior compreensão e aceitação das variações neurológicas. O autismo na atualidade é um campo em contínua evolução, com avanços significativos em várias áreas, desde a compreensão científica até a aceitação social e as políticas de apoio (Bialer; Voltolini, 2022).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) passa a ser reconhecido como um espectro que inclui uma ampla gama de manifestações e severidades. A compreensão moderna do TEA vai além das definições rígidas, reconhecendo a variabilidade dos sintomas e a importância da personalização do diagnóstico e das intervenções (Bialer; Voltolini, 2022).

Na atualidade, pesquisa em genética e neurobiologia tem avançado, oferecendo insights sobre as bases biológicas do TEA. Estudos mostram que o autismo é altamente genético, mas também envolvem fatores ambientais. O mapeamento genético e as investigações sobre o desenvolvimento cerebral têm ajudado a elucidar aspectos do transtorno.

A pesquisa continua a avançar na compreensão das causas e tratamentos do TEA, com ênfase em abordagens mais personalizadas e inclusivas. A neurodiversidade e a aceitação do autismo são temas centrais no discurso contemporâneo, promovendo uma visão mais positiva e inclusiva para pessoas no espectro. Esses marcos refletem a evolução do entendimento do autismo, desde uma percepção inicial limitada até uma visão mais compreensiva e inclusiva que reconhece a diversidade e as necessidades específicas das pessoas no espectro autista (Bialer; Voltolini, 2022).

Na medida em que os estudos acerca do TEA vêm aumentando, a concepção acerca do diagnóstico do autismo vem sofrendo modificações, e o conceito, mas utilizado é a quarta versão do DMS-V. Em uma de suas atualizações, o autismo é caracterizado como um distúrbio que afeta o neurodesenvolvimento da pessoa, e passou ser conhecido como Transtorno do Espectro Autista. O mesmo vem apresentar alterações tanto no meio comunicativo, quanto hábitos e nas preferências das pessoas. São esses as principais referências dessa circunstância, sendo que essas condições se manifestam com mais frequência em pessoas do sexo masculino do que no feminino (APA, 2013).

Em 1970 o trabalho da psicanalista Margareth Mahler, distinguiu a “psicose infantil autista” da “psicose infantil simbiótica”, já nas décadas de 1960 e 1970 grandes autores que fazem parte das correntes cognitivas expõem pesquisas sobre o Autismo, dando ênfase na perspectiva de Michael Rutter e Ritvo, onde sua percepções era centrada em que o Autismo está ligado ao déficit cognitivo, e que vem causar uma desordem nas habilidades das pessoas, na maneira de se relacionar, na concentração, e na tomada de decisões, e de raciocinar, e também no processo de desenvolvimento. E não está relacionado na questão do afeto (BRASIL, 2015).

De acordo com Brasil (2013), o autismo depois do ano 1980, não foi mais incluso junto as psicoses infantis, e passou a ser considerado como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento/TID. Diante disso Gómez e Terán (2014) afirmam que, o autismo passou a ser investigado pela evolução dos mecanismos cognitivos e

motivacional, o que acaba modificando as concepções acerca das manifestações do desenvolvimento social e externo, e caracterizando os autistas pelos seus aspectos comportamentais.

Diante de tudo o que já foi exposto neste tópico percebe-se que desde antigamente os estudos acerca do autismo a cada dia vem ganhando espaço nos campos de pesquisa. Nota-se que vários autores já desenvolveram grandes pesquisas voltadas para o tema, com o intuito de encontrar uma resposta verídica acerca das características do diagnóstico do autismo, e como já foi mencionado em alguns parágrafos acima que a cada ano o número de diagnósticos vem só aumentando ano após ano. E estudos esses que vem tentando buscar justificativas, de o que pode estar vindo ocasionando esse grande aumento nos números de casos, e o que pode estar relacionado a esses crescimentos de diagnóstico de crianças com autismo. Estudos esses que ainda percorre até no dia atuais.

3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): Definição e Características

3.1 Definição e características

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno neurobiológico do desenvolvimento caracterizado por dificuldades significativas na comunicação e interação social, além de padrões de comportamento, interesses e atividades restritivos e repetitivos (Cunha, 2015). O termo "espectro" reflete a ampla gama de manifestações e gravidades do transtorno, que variam desde formas mais leves a mais graves (Cunha, 2017). Meireles (2023) cita que o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um distúrbio complexo do neurodesenvolvimento caracterizado por prejuízos na interação social, na comunicação verbal e não verbal e por apresentar padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades.

O Transtorno do Espectro Autista se trata de uma condição que afeta a capacidade de se comunicar e interagir socialmente de forma recíproca e flexível, bem como a tendência a apresentar comportamentos, interesses ou atividades repetitivos e restritos. Esses sintomas se manifestam desde a infância e interferem no funcionamento cotidiano da pessoa em diferentes graus. A intensidade e a expressão dos sintomas podem variar ao longo da vida, dependendo do nível de desenvolvimento, da idade e do apoio recebido.

Segundo o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (2014, p.53):

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos. Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro. O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger.

3.2. Diagnóstico e Identificação precoce do Transtorno Espectro Autista

A identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental para promover o desenvolvimento e a inclusão adequada das crianças afetadas. Detectar sinais de autismo antes dos 3 anos pode permitir intervenções precoces que melhoram significativamente os resultados a longo prazo, incluindo habilidades de comunicação, habilidades sociais e desempenho acadêmico.

Segundo Meireles (2023), o diagnóstico do TEA é realizado através da observação clínica com base nos sinais e sintomas propostos pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição, texto revisado (DSM-V-TR). Inclui observações da criança, entrevistas com os pais e aplicação de instrumentos específicos. Instrumentos de vigilância do desenvolvimento infantil são sensíveis para identificar alterações sugestivas de TEA. Esses instrumentos devem ser aplicados durante as consultas de puericultura na Atenção Primária à Saúde.

Orrú (2012) afirma que a sociedade ainda tem pouca compreensão sobre as pessoas autistas, por causa da escassez de informação sobre essa condição. Segundo a autora, a desinformação sobre o autismo gera falta de entendimento sobre a síndrome, e por isso algumas pessoas criam conceitos distorcidos sobre o tema. A autora acrescenta que:

[...] quando as pessoas são questionadas sobre o autismo, geralmente são levadas a dizer que se trata de crianças que se debatem contra a parede, tem movimentos esquisitos, ficam balançando o corpo, e chegam até dizer que são perigosos e precisam ser trancados em uma instituição para deficientes mentais. São falas que revelam desinformação a respeito dessa síndrome (Orrú, 2012, p.37).

Os primeiros sintomas do transtorno do espectro autista frequentemente envolvem atraso no desenvolvimento da linguagem, em geral acompanhado por ausência de interesses social ou interações sociais incomuns (p. ex., puxar as pessoas pela mão sem nenhuma tentativa de olhar para elas), padrões estranhos de brincadeiras (p. ex., carregar brinquedos, mas nunca brincar com eles) e padrões incomuns de comunicação (p. ex., conhecer o alfabeto, mas não responder ao próprio nome) (DSM-V, 2013).

Quanto ao diagnóstico do autismo, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) é referência para diagnosticar e classificar diversas condições psiquiátricas, incluindo o TEA, definindo-o como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades persistentes na comunicação

social e interação social, e por padrões de comportamento repetitivo e restrito. O respectivo Manual, fornece um conjunto claro de critérios que ajuda os profissionais de saúde a identificar e classificar o TEA com base em características observáveis, considerado fundamental para garantir um diagnóstico preciso e oportuno, permitindo que as pessoas recebam o suporte necessário desde cedo.

Vale ressaltar que, atualmente, a classificação do nível de gravidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é feita com base na intensidade das necessidades de suporte que a pessoa necessita. Essa nomenclatura é estabelecida pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), que é uma ferramenta amplamente utilizada para diagnóstico na área da saúde mental. A classificação do TEA no DSM-5 é dividida em três níveis: Nível 1: Requer Suporte: Principais características da criança nesse nível, é quando ela pode ter dificuldades significativas em socialização e comunicação, mas geralmente consegue participar de atividades cotidianas com algum suporte.

Pode apresentar dificuldades em iniciar e manter interações sociais e ter comportamentos ou interesses restritos. No nível 2: Requer Suporte Substancial: Nesse nível a criança necessita de suporte substancial em suas atividades diárias e interações sociais. As dificuldades de comunicação são mais evidentes e as estratégias para interação social e adaptação são necessárias para o funcionamento diário. O comportamento restritivo e repetitivo é mais pronunciado, e a dificuldade em lidar com mudanças pode causar estresse significativo.

O suporte adicional é geralmente necessário para atividades diárias e para a participação social. No nível 3: Requer Suporte Muito Substancial: A criança precisa de suporte muito substancial para realizar atividades diárias e participar de interações sociais. As dificuldades em comunicação são graves e podem incluir a ausência de habilidades de fala funcional. Os comportamentos restritivos e repetitivos são severos e impactam significativamente a capacidade de funcionar de maneira independente. Mudanças na rotina podem causar grande angústia e desafios adicionais.

Segundo Monteiro (2019, p. 22):

O Transtorno do Espectro Autista “é uma condição neurológica, de base genética, que compromete sobretudo a socialização, a comunicação e a linguagem”. No entanto, é importante destacar que cada pessoa com TEA é única e tem seu próprio jeito de agir, que varia conforme o nível de agravamento do transtorno. O tratamento inclui pediatras, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, educadores e outros profissionais.

O tratamento também deve envolver a família, que é fundamental para o apoio e a estimulação das pessoas com TEA.

A classificação é de suma importância, pois ajuda a guiar os profissionais de saúde e educadores na escolha das intervenções mais apropriadas e no planejamento de suporte individualizado. A classificação não é estática e pode mudar ao longo do tempo com o desenvolvimento e o suporte adequado. É fundamental notar que o nível de suporte necessário pode variar ao longo da vida da pessoa, e a classificação é apenas uma ferramenta para entender melhor as necessidades e adaptar o apoio de acordo com essas necessidades (Montero, 2019).

3.3. Desafios e Necessidades Educacionais dos Alunos com TEA

Os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam uma série de desafios e necessidades educacionais específicas que podem variar dependendo da gravidade e das características individuais do transtorno. Muitos alunos com TEA têm dificuldades com a comunicação verbal e não verbal, o que pode afetar a sua capacidade de expressar necessidades, fazer perguntas, ou interagir socialmente. Entender e usar normas sociais e interações sociais adequadas, pode levar a desafios em formar e manter relacionamentos com colegas e professores.

Padilha (2008, p. 09), afirma que:

É caracterizada pela dificuldade em utilizar, com sentido, todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal, isto inclui gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na linguagem verbal. A comunicação “intencional”, activa e espontânea, que uma criança, com desenvolvimento normal, pode desenvolver desde os 8-9 meses de idade pode estar perturbada ou limitada nas crianças com esta perturbação. A falta de sorriso social, olhar as pessoas, gestos e vocalizações comunicativas são várias das características mais evidentes do seu comportamento; estas dificuldades tornam-se mais visíveis a partir do ano e meio ou dois anos de idade.

Crianças com autismo podem ter dificuldades em entender e usar normas sociais e interações sociais adequadas, o que pode levar a desafios em formar e manter relacionamentos com colegas e professores. Demonstrem comportamentos repetitivos e interesses muito específicos podem influenciar na capacidade de se engajar em atividades acadêmicas e sociais mais amplas. Podem, por exemplo apresentar problemas com a atenção e a capacidade de se concentrar em tarefas cotidianas, interferindo diretamente no desempenho escolar.

Menezes (2012, p.44) “assinala que uma das características mais marcante de crianças com autismo é a falta de apego a outras pessoas, preferindo o isolamento e resistindo à aproximação”. Outro desafio considerado marcante para quem lida com criança no espaço escolar, é questão da resistência a mudança, pois qualquer alteração na rotina, no ambiente escolar ou nas atividades podem causar estresse e comportamento desafiador. A flexibilidade para lidar com novas situações e mudanças pode ser limitada. Pode haver uma tendência a seguir rotinas e padrões específicos, o que pode dificultar a adaptação a diferentes métodos de ensino e atividades variadas.

Ainda em referência aos desafios e necessidades educacionais da criança com autismo, destaca-se a questão da sensibilidade sensorial, pois muitos alunos com TEA têm sensibilidades aumentadas ou reduzidas a estímulos sensoriais, como luzes, sons e texturas, o que pode afetar sua capacidade de se concentrar e participar das atividades escolares. Pode apresentar também dificuldades com habilidades motoras finas e grossas o que pode impactar atividades como escrever, desenhar e participar de atividades físicas. Para Carvalho (2011) incluir a criança com autismo no ambiente escolar,

O docente precisa conhecer sobre seus alunos, avaliando os fatores e suas necessidades especiais como, suas singularidades, para traçar um planejamento pedagógico adequado que consiga atender as suas necessidades pois nem sempre o diagnóstico oferece aos educadores as pistas das ações a serem tomadas.

Carvalho (2011), vem abordar o quanto é importante o professor conhecer a vida de seus educandos, a partir do momento em que o mesmo tenha o conhecimento ele terá mais segurança praticidade no quando for elabora suas estratégias educacional, podendo supri as dificuldades de cada um, sendo que muitas das vezes o professor tem o conhecimento da determinada necessidade daquele aluno que tem TEA, mas ele não tem conhecimento das suas particularidades, do que ele gosta de fazer, e sabe fazer, é quando ele conhece ficam mais viável para os mesmos atender as suas necessidades.

Sendo assim Nunes (2012), salienta que quando o docente tem um olhar sensibilizado, e reconhece as dificuldades dos alunos autistas, no contexto educacional faz toda diferença no processo de desenvolvimento dos mesmos. Torna-se mais fácil dele se planejar em relação às atividades proposta em sala de aula, e vem proporcionar pra essas crianças um ensino de qualidade e proveitoso.

Ainda sobre os desafios necessidades educacionais do autismo Cunha (2017), argumenta que cada instituições de ensino devem elaborar um currículo, de acordo com as necessidades educacionais de cada aluno autista, e que essas adaptações possam vim sanar as suas demandas. Podendo ser adotado métodos de ensino de melhor compreensão como fotografia, gráficos, e que não ocupe muito tempo, e possa vim facilita a sua aprendizagem em curto período de tempo.

Nota-se a partir do que foi exposto por Cunha (2017), que os alunos enfrentam grandes desafios para suprir as suas necessidades no contexto educacional, e possa vim ter uma educação de qualidade e proveitosa. E vale destacar que não dependem só apenas das adaptações nas metodologias de ensino, nem de um currículo voltado pra sua necessidade específica, mas também de instituições de ensino que seja contribuinte, e colaborem ativamente com os discentes para sanar os desafios que os alunos com TEA encontram no âmbito escolar.

Partindo dessa perspectiva Ferreira e França (2017) destacam que a escola deve dar a sua contribuição para não existir dificuldade, ter propostas que possa vim auxiliar os professores, qual maneira é mais adequada para ensinar seus alunos, possa que seja difícil, mas a própria escola tem essa responsabilidade de amparar e disponibilizar um espaço que atenda às necessidades sendo elas com ou sem transtorno do Espectro.

E notório observar que as crianças com Transtorno Espectro Autista enfrentam grandes obstáculos para frequentar o espaço escolar, por conta das suas necessidades especiais, como já foi destacado alguns parágrafo acima, que a criança autista ela apresenta diferentes características no seu processo de desenvolvimento sendo tanto intelectual quanto social, é por isso eles apresentam grandes desafios não só no contexto escolar mas também na sociedade ondem inserido, para se adaptar ao meio, por isso que as escolas professores precisam se familiarizarem, e buscar métodos que possa vim atender essas diversidade dessas crianças para que possa se sentirem acolhidas e confortável, como qualquer outra que não tenha transtorno do Espectro Autista ou qualquer outro transtorno.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno Espectro Autista-TEA é definido pelo CID-11 (2018), como um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por dificuldades na comunicação, na interação social e na flexibilidade comportamental, constata-se que nos últimos anos o número de diagnóstico tem se expandido de forma significativa e com isso a necessidade de políticas públicas que garantam e promovam a inclusão nas escolas e assegurem que estudantes autistas recebam uma educação adequada e tenham oportunidades para interagir com seus colegas, desenvolvendo habilidades sociais e acadêmicas (Silva & Dias, 2018).

As políticas públicas para autistas são um conjunto de ações governamentais destinadas a garantir os direitos e a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade, são importantes para garantir que as tenham as mesmas oportunidades que as demais pessoas. Elas contribuem para a inclusão social e a promoção da igualdade. São medidas criadas pelos governos para garantir direitos, assistência ou prestações de serviços à população. O objetivo é assegurar que a população tenha acesso aos direitos garantidos pela lei, como saúde, educação, meio ambiente e lazer.

Honda (2020, p. 9) diz que no Brasil: “as políticas públicas para indivíduos com Transtorno Espectro Autista (TEA) foram implementadas tardiamente. Sem a presença do SUS, ou seja, até 1988, não havia qualquer tipo de atenção a estes indivíduos”. É importante destacar que as políticas públicas para os respectivos grupos de pessoas, devem abranger as áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer, trabalho e cidadania, respeitando as especificidades e as necessidades de cada pessoa. Políticas públicas e práticas inclusivas são fundamentais para garantir que pessoas autistas tenham seus direitos humanos respeitados e que sejam tratadas com dignidade e respeito. Ajuda a assegurar que pessoas autistas tenham acesso igualitário a oportunidades em educação, trabalho e vida social.

Tomando por base os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgados no ano de 2019, no Brasil, foram efetuadas 157,020 milhões de matrícula de estudantes com autismo em vários níveis de ensino. De acordo com o censo escolar de 2021, um total de 294.394 de alunos

com Transtorno Espectro Autista participaram dos níveis de ensino infantil, fundamental e médio, chegando um percentual de aumento de 280% em relação ao ano de 2017, quando a contagem era de 77.102 alunos, englobando tanto as escolas públicas, como privadas (Santos & Junior, 2023). São dados que representam números expressivos, porém de acordo com as pesquisas, estima-se que no Brasil haja mais de 2 milhões de pessoas com autismo, destacando a necessidade de maior inclusão educacional para essa população.

No Brasil, diversas políticas públicas têm sido desenvolvidas para promover a inclusão escolar e garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais ou contextos sociais, tenham acesso a uma educação de qualidade. A inclusão de um aluno com deficiência em escola regular vai além da formalização de sua matrícula, e nem pode ser interpretada como um ato obrigatório, mas sim como uma prática fundamentada em um paradigma educacional que visa promover a participação plena e equitativa de todos os alunos no ambiente educacional, independentemente de suas características individuais, como deficiência, dificuldades de aprendizagem, origem socioeconômica, etnia, ou qualquer outra condição que possa resultar em exclusão ou desigualdade.

O Brasil, nas últimas décadas, tem produzido um conjunto de políticas públicas que desafiam a sociedade sob todos os seus aspectos, sejam eles éticos, morais ou culturais. Os temas de direitos humanos, como igualdade racial, diversidade sexual e de gênero, questões geracionais e direitos da pessoa com deficiência, cada vez mais se afirmam na agenda do País e provocam as estruturas de gestão em todas as esferas, sejam elas a federal, a estadual ou a distrital e a municipal (Borges & Pereira, 2016).

Analisando as políticas educacionais no Brasil como também no cenário mundial, há dois marcos importantes que vale destacar, o primeiro, é a promulgação da Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, porque ela representa um marco fundamental para a promoção da educação inclusiva no país. Ela estabelece princípios e diretrizes que garantem o direito à educação para todos os cidadãos, enfatizando a necessidade de inclusão e equidade no sistema educacional.

Art. 205: Define que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esse artigo estabelece a base para a inclusão ao garantir que todos têm direito à educação. Art. 208: Define que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse artigo reforça a necessidade de inclusão ao assegurar que o sistema educacional deve

adaptar-se para atender às necessidades especiais dos alunos (BRASIL, 1988).

Quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, é um marco fundamental na legislação educacional brasileira e desempenha um papel crucial na promoção da educação inclusiva. Ela estabelece diretrizes e bases para o sistema educacional nacional, incluindo aspectos relacionados à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. No Art. 4º, Inciso II, a LDB reafirma que a educação deve ser oferecida com base em princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Isso implica que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, têm o direito de acessar e permanecer na escola (BRASIL, 1996).

No Art. 4º, Inciso II: esta Lei pontua que, a educação deve ser oferecida com base em princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Isso implica que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, têm o direito de acessar e permanecer na escola. Ao tratar do Art. 58: Também define que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser oferecido a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O AEE é um serviço complementar e/ou suplementar ao ensino regular, que visa apoiar a inclusão desses alunos na escola regular (BRASIL, 1996).

Podemos observar que o processo de inclusão escolar visa garantir o acesso, a permanência e a participação plena da criança com TEA no ambiente educacional, respeitando suas potencialidades e necessidades. Para isso, é preciso que a escola promova uma cultura de acolhimento, diversidade e colaboração, e que conte com o apoio de profissionais qualificados e de recursos adequados.

Vale ressaltar que a criação das legislações em prol da educação inclusiva no Brasil, foi fortemente influenciada por diversos fatos sociais e movimentos que refletiram uma crescente consciência e demanda por igualdade de oportunidades e direitos (Santos, 2023). Dentre outras legislações instituída em defesa das pessoas com deficiências, destaca-se a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, (conhecida como a Lei Berenice Piana) que trata especificamente da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa lei é um marco importante no reconhecimento e na garantia dos direitos das pessoas com autismo no Brasil.

As pessoas com TEA têm direito a atendimento educacional especializado, que deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. A presente lei reforça a importância da inclusão escolar, garantindo que essas pessoas possam acessar e permanecer na escola regular com o apoio necessário. A lei assegura o acesso a cuidados e tratamentos adequados para a pessoa com TEA, incluindo acompanhamento médico, terapias e serviços de saúde especializados. Estabelece a necessidade de criação e implementação de políticas públicas específicas para a proteção dos direitos das pessoas autista. Isso inclui a promoção da inclusão social, educacional e a oferta de serviços de apoio.

Uma das conquistas significativas da Lei Berenice Piana é a determinação de que "a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais". Isso confere às pessoas com TEA os mesmos direitos conferidos às pessoas com outras deficiências, garantindo sua inclusão e proteção legal (Santos, 2023).

Outra conquista relevante, foi a promulgação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, essa lei representa um marco importante na promoção dos direitos e na inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, que visa garantir que as pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades e sejam protegidas contra qualquer forma de discriminação. Ela assegura a igualdade de condições para o acesso e permanência em diferentes contextos, como no trabalho, na educação, e em serviços públicos e privados. A LBI estabelece a obrigação de garantir a acessibilidade em edificações, transportes e comunicação. Isso inclui a eliminação de barreiras físicas, atitudinais, e de comunicação que possam impedir a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade. Destaca-se aqui também o Decreto Nº 8.368/2014 que regulamenta a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que define autista como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais (Lima; David; Mendes, 2023).

Posteriormente, foi promulgada a Lei nº 13.861/2019, que inclui dados específicos sobre autismo no Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitindo conhecer melhor o perfil e as demandas dessa população. Essa lei altera a Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, e determina que os censos demográficos realizados a partir de 2019 incluam as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista (TEA),

em consonância com a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (Lima; David; Mendes, 2023).

A Lei nº 13.977/2020, cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), um documento que facilita o acesso aos serviços públicos e privados. Essa lei altera a Lei nº 12.764/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 9.265/1996, que trata da gratuidade dos atos de cidadania. A Ciptea é emitida gratuitamente pelos órgãos responsáveis pela execução da política nacional de proteção dos direitos da pessoa com autismo nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, mediante requerimento acompanhado de relatório médico com o código da Classificação Internacional de Doenças (CID)¹.

Vale ressaltar que a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) visa garantir a atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social, para as pessoas com autismo. A lei também prevê ações de conscientização, capacitação, pesquisa e apoio às organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos das pessoas com autismo. A lei recebeu o nome de “Lei Romeo Mion”, em homenagem ao filho do apresentador Marcos Mion, que é uma pessoa com autismo (Lima; David; Mendes, 2023).

É importante destacar aqui, a mais recente iniciativa do governo brasileiro para promover e garantir os direitos das pessoas com deficiência. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PNDPD)- Viver sem Limite, primeira versão, (2011-2014), que prevê ações nas áreas de saúde, educação, inclusão social e acessibilidade para as pessoas com deficiência, incluindo as pessoas com TEA. O plano envolveu a participação de mais de 15 ministérios e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), que trouxe as contribuições da sociedade civil, e previu um investimento total de R\$ 7,6 bilhões até 2014 (BRASIL, 2011).

Dentre as principais ações do plano, destacam-se: a ampliação do número de matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino, com o apoio de salas de recursos multifuncionais e de profissionais de educação especial; a implantação de centros especializados em reabilitação e órteses e próteses; a criação de centros- dia para o atendimento de pessoas com deficiência em situação de dependência; a

implantação de residências inclusivas para jovens e adultos com deficiência sem referência familiar; a ampliação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) para pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza; a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos programas habitacionais do governo federal; a adaptação de veículos e de terminais de transporte coletivo para garantir a acessibilidade; e a promoção do acesso e do desenvolvimento de tecnologia assistiva. O plano representou um avanço na garantia da cidadania e da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil (BRASIL, 2011).

Contudo, em 08 de maio de 2023, o Despacho Presidencial determinou providências para a elaboração do Novo Viver Sem Limite, que buscará enfrentar as barreiras e desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiência no Brasil, contribuindo para a construção de uma política sistêmica, transversal, intersetorial, interseccional, interfederativa e participativa, que garanta os direitos civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais para o segmento das pessoas com deficiência e suas famílias. O Novo Viver Sem Limite está estruturado em 4 grandes eixos: I – Gestão e participação social; II – Enfrentamento ao capacitismo e à violência; III – Acessibilidade e tecnologia assistiva; IV – Promoção do direito à educação, à assistência social, à saúde, e aos demais direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (BRASIL, 2023).

É importante enfatizar, que O "Novo Viver Sem Limite" é a atualização e ampliação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PNDPD), lançado inicialmente em 2011. Esta nova versão, anunciada em 2023, visa fortalecer e expandir as ações para promover a inclusão e garantir direitos das pessoas com deficiência no Brasil. É uma iniciativa que representa um avanço importante na busca pela plena inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, alinhando-se aos princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e às necessidades contemporâneas deste grupo.

Não podemos deixar de abordar também nesse capítulo, sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que estabelece metas e estratégias para a educação inclusiva das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, incluindo as pessoas com TEA. Uma das metas do PNE é a que visa universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional

especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Essa meta abrange as pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), que são reconhecidas como pessoas com deficiência pela Lei nº 12.764/2012. Para alcançar essa meta, o PNE prevê algumas estratégias, como:

1. Fomentar a formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação para a educação inclusiva, com ênfase na identificação precoce, no atendimento educacional especializado, nas tecnologias assistivas, na comunicação alternativa e na acessibilidade, entre outros aspectos.
2. Ampliar e fortalecer os programas e as ações de aquisição e distribuição de recursos de acessibilidade, tais como: órteses, próteses, cadeiras de rodas, materiais pedagógicos e de acessibilidade, softwares, hardwares e demais dispositivos de tecnologia assistiva.
3. Estimular a participação da família e da comunidade na educação inclusiva, por meio de ações de orientação, apoio e formação, bem como de articulação com os serviços de saúde, assistência social e direitos humanos. Promover a articulação entre a educação regular e a educação especial, por meio de ações intersetoriais, interdisciplinares e transversais, que envolvam as diferentes etapas, modalidades e níveis de ensino.
4. Assegurar a continuidade da escolarização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, garantindo a transição entre os diferentes níveis educacionais e a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino médio, em virtude de suas deficiências (BRASIL, 2014, p. 31).

Nesta perspectiva, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 é um documento estratégico do governo brasileiro que estabelece diretrizes e metas para a educação no país. A inclusão é um dos temas centrais abordados pelo PNE, com o objetivo de garantir acesso e qualidade para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência. O PNE enfatiza a necessidade de uma educação inclusiva, onde todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou de desenvolvimento, possam aprender juntos em um ambiente escolar regular. O plano defende a adaptação dos currículos e métodos de ensino para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência (BRASIL, 2014).

A inclusão escolar da criança com autismo é um tema complexo e desafiador, que envolve diversos aspectos pedagógicos, psicológicos, sociais e legais. O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento de forma heterogênea e variável. Cada criança com autismo tem suas características, necessidades e potencialidades, que devem ser consideradas no processo educativo. É um aspecto fundamental da educação inclusiva e envolve

diversas estratégias e abordagens para garantir que essas crianças possam participar plenamente das atividades escolares e alcançar seu potencial máximo.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (Declaração de Salamanca, 1994, p. 61).

De acordo ao que foi destacado anteriormente pela Declaração de Salamanca (1994), relevante para o debate sobre a educação especial e a educação inclusiva, que são temas importantes para a garantia do direito à educação para todos, independentemente de suas diferenças ou dificuldades. O tema também contribui para a reflexão sobre o papel da escola como um espaço de acolhimento, de diversidade e de cidadania, que deve se adaptar às necessidades e às potencialidades de cada aluno, respeitando suas características individuais e coletivas. Uma discussão que também pode estimular a reflexão sobre os desafios e as possibilidades da educação inclusiva na realidade brasileira, que ainda apresenta muitas barreiras e limitações para a efetivação desse direito.

A inclusão escolar da criança com autismo é um aspecto fundamental da educação inclusiva e envolve diversas estratégias e abordagens para garantir que essas crianças possam participar plenamente das atividades escolares e alcançar seu potencial máximo. Gikovate (2009), ressalta que para haver realmente uma inclusão escolar da criança com autismo é importante levar em consideração qual a necessidade desta, a partir disso deve-se fazer as adaptações na sala de aula. Dentre as estratégias necessárias podemos citar o Plano Educacional Individualizado (PEI): Desenvolver um PEI que ajuste o currículo e as metodologias de ensino às necessidades específicas da criança com autismo. Este plano deve ser criado em colaboração com a família, professores e profissionais de saúde.

Constata-se que, para efetivar a inclusão escolar das crianças com autismo, é fundamental planejar um ambiente escolar acolhedor, para isso é preciso criar um ambiente de aprendizagem que minimize distrações e sobrecarga sensorial. Isso pode incluir a utilização de áreas tranquilas, iluminação adequada e materiais didáticos adaptados.

A inclusão escolar da criança com autismo visa garantir o seu direito à educação de qualidade, respeitando sua singularidade e promovendo sua participação e aprendizagem na escola regular. Para isso, é preciso que a escola esteja preparada para acolher e atender a diversidade dos alunos, oferecendo um currículo adaptado, uma metodologia adequada, recursos pedagógicos diferenciados, apoio especializado e formação continuada dos professores. Além disso, é fundamental que haja uma articulação entre a família, a escola e os profissionais de saúde, para que a criança com autismo receba um acompanhamento integral e multidisciplinar. A inclusão escolar da criança com autismo é um processo contínuo e dinâmico, que requer planejamento, avaliação e revisão constantes, bem como uma postura ética, sensível e colaborativa de todos os envolvidos. Para haver realmente uma inclusão escolar da:

A criança com autismo é importante levar em consideração qual a necessidade desta, a partir disso deve-se fazer as adaptações na sala de aula. [...] é importante que o autista se sinta próximo ao professor, que o professor peça para a turma cuidados com barulhos ou sons específicos, muitas vezes irritantes para o autista e que a criança tenha acesso a dicas do que acontecerá no dia-a-dia através de informação visual (Gikovate, 2009, p. 15).

Outros fatores condicionantes para a inclusão escolar, é estabelecer rotinas previsíveis e estruturas claras, o que pode ajudar a criança com autismo a se sentir mais segura e a entender melhor o que é esperado, adaptar o material didático para atender às necessidades da criança com autismo, utilizando recursos visuais, tecnológicos ou outros meios que facilitem a compreensão do conteúdo e utilizar métodos de ensino diferenciados, como ensino visual, aprendizado baseado em interesses e estratégias de reforço positivo (Battist & Heck, 2015).

É fato, para que a escola que assuma a responsabilidade de incluir uma criança autista na sala de aula de ensino regular, precisa desenvolver competências para implementar programas e atividades que ajudem a criança a desenvolver habilidades sociais e de comunicação e promover oportunidades para que a criança interaja com seus colegas em atividades de grupo e em projetos colaborativos.

Nessa linha de raciocínio, considerando a questão norteadora dessa pesquisa, torna-se oportuno sublinhar que, para inclusão da criança no espaço escolar, é indispensável manter uma comunicação aberta e colaborativa com a família da criança. Os pais podem oferecer informações valiosas sobre as necessidades e preferências da criança e ajudar a adaptar as estratégias educacionais. Santos (1999)

pontua que em referência a relação entre família e escola, é preciso que ambas assumam um compromisso mútuo, onde as responsabilidades sejam divididas igualmente. “no que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir compromisso de reciprocidade.

5. FAMÍLIA E ESCOLA: Parceria necessária para Processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com transtorno Espectro Autista

A escola é um lugar importante para o desenvolvimento e a aprendizagem de todas as pessoas, com deficiência e sem deficiência. A escola deve ser inclusiva, acolhedora e estimulante, respeitando as diferenças e as potencialidades de cada aluno, para isso ela precisa receber apoio e orientação em suas adaptações, pois se elas forem deixadas de lado, a inclusão se torna uma exclusão disfarçada. Por isso, a escola deve se ajustar ao aluno, considerando as suas necessidades, dificuldades e potencialidades, que vão além das questões físicas e estruturais.

A escola deve oferecer ações de qualidade, sem rotular ou discriminar as crianças. Os rótulos revelam os nossos preconceitos. Devemos superar as aparências e as resistências do ceticismo, que são os maiores obstáculos para a inclusão do educando em nossos projetos e sonhos. Souza e Benicio (2015) enfatiza que educação inclusiva para ter resultado depende do esforço conjunto não somente de professores e profissionais da escola, mas também dos pais ou responsáveis, familiares. Ainda conforme os autores, um apoio conjunto de harmonia proporcionará ao aluno especial possibilidades a de aprendizagens condizentes a sua condição.

A escola que assume verdadeiramente a identidade de ser inclusiva, ela vai além de simplesmente atender às necessidades educacionais de alunos com deficiências ou dificuldades especiais; trata-se de criar um ambiente educacional que acolha e valorize a diversidade, promovendo a participação plena e equitativa de todos os alunos. É a escola que reconhece e celebra a diversidade de habilidades, origens culturais e estilos de aprendizagem dos alunos. Promove um ambiente onde todos os alunos, independentemente de suas diferenças, são tratados com dignidade e respeito. No entendimento de Mantoan (2003, p.23):

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

Mantoan (2003) enfatiza que a inclusão escolar deve ser vista como um direito fundamental e universal. A escola tem a responsabilidade de garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades iguais. Para a autora, a escola inclusiva é aquela que busca

atender a todos os alunos, oferecendo uma educação que respeite e valorize suas diferenças e promova o desenvolvimento pleno de cada um. Defende que a inclusão requer uma mudança significativa na prática educacional. Isso significa abandonar modelos tradicionais que separam ou segregam alunos com necessidades especiais e adotar práticas que integrem e valorizem a diversidade.

Quanto a parceria família e escola no processo de inclusão, Mantoan (2003, p.30) assinala que:

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu.

Quando se trata da parceria família e escola, sem dúvida a família é apoio essencial para a pessoa com autismo. A família deve estar envolvida na educação, na informação e no cuidado da pessoa com TEA. Mantoan (2003) destaca a importância da colaboração entre professores, pais, alunos e outros profissionais da educação. A inclusão eficaz requer um esforço conjunto e a construção de uma rede de apoio que envolva todos os membros da comunidade escolar. A inclusão escolar é um direito e uma política pública. A criança com autismo deve ir à escola regular, com os recursos e os ajustes necessários. A inclusão escolar requer uma equipe multidisciplinar e uma proposta pedagógica adequada e deve ser um processo contínuo e dinâmico, que visa à melhoria da educação inclusiva.

Para Nunes (2012) na parceria dos pais com a escola, é importante que tenha a comunicação e a intenção dos dois trocarem ideias para que tenham bons resultados em relação ao desenvolvimento do filho, vimos que tem muitas oportunidades de os pais estarem integrados na escola, pois sabemos que é dever deles conhecer tudo que acontece no desenvolvimento escolar da criança. Quanto aos professores, Nunes *et al.*, (2012, p.567) ressalta que:

(...) quando professores pensam as estratégias pedagógicas de sala de aula, considerando as peculiaridades do desenvolvimento do autista, tornam-se capazes de planejar e atingir objetivos mais claros, que darão sentido ao objeto de conhecimento, tornando o processo de aprendizagem mais motivador.

Para que os alunos autistas possam ser atendidos de forma adequada, foi preciso criar leis que reconhecessem as suas demandas e direitos a uma educação inclusiva. Uma dessas leis é a Lei Berenice Piana nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que reconhece as necessidades dos autistas. Essa lei cria a Política Nacional

de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e define as suas diretrizes. No Art. 3º, Inciso IV, Alinha a, está expresso que a criança com autismo tem o direito garantido de ter sua matrícula efetuada na escola. No Art. 7º da Lei supracitada, está decretado que o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

Nesta perspectiva, A escola, deve acolher a diversidade dos alunos e oferecer condições adequadas para o seu aprendizado, respeitando as suas potencialidades, limitações e interesses. A parceria entre família e escola é necessária para garantir que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso à educação de qualidade, à convivência social e à cidadania. Essa parceria implica em uma comunicação constante, uma troca de informações, uma colaboração mútua e uma corresponsabilização pelo processo educativo.

Souza e Benício (2021) pontua que a escola deve estreitar ao máximo essa relação, oportunizando um convívio maior dos pais na unidade da escola para auxiliar no desenvolvimento do aluno com deficiência. Para os autores, uma relação de cooperação família e escola é necessária para que ambas conheçam suas realidades e suas limitações e busquem caminhos que permitam e facilitem o diálogo entre si, para o sucesso educacional do filho e aluno.

Os autores ainda defendem que a educação inclusiva deve considerar as diferenças e as necessidades de cada aluno, e que a escola deve criar condições para que eles possam interagir e aprender com seus pares e professores. O texto também ressalta que a educação inclusiva vai além da adaptação dos espaços físicos da escola, e que ela deve valorizar as diversas culturas e identidades presentes na comunidade escolar. Para que isso seja colocado em prática é necessário a interação entre família e escola. Considerando que a família é a primeira e mais importante fonte de apoio, afeto e orientação para o desenvolvimento integral dos estudantes, e tem um papel fundamental na promoção da inclusão escolar.

Diante disso, é importante constatar que família e a escola devem atuar em parceria, compartilhando informações, responsabilidades e decisões, e buscando estratégias de aproximação e colaboração. A família deve participar ativamente da

vida escolar dos filhos, acompanhando o seu progresso, comunicando as suas dificuldades e expectativas, e contribuindo para a sua autonomia e autoestima.

A escola deve acolher e respeitar as diferenças e as necessidades dos alunos, oferecendo um currículo adaptado, uma metodologia diversificada, uma avaliação formativa, e um atendimento especializado, quando necessário. A escola também deve envolver e orientar as famílias, esclarecendo as suas dúvidas, ouvindo as suas sugestões, e fortalecendo a sua confiança. A família e a escola, portanto, têm um papel essencial para a educação inclusiva, que requer uma mudança de atitude e uma cooperação de todos os agentes educacionais.

Leite (2015) ressalta que a forma como a criança é tratada em casa pode afetar muito a sua autoestima e o seu aprendizado. A criança pode ter o seu desenvolvimento prejudicado se receber muitas críticas, se for submetida a um autoritarismo ou se for mimada demais. A criança que é criticada em excesso pode se sentir insegura e incompetente. Os pais, às vezes, ao cobrarem muito da criança, acabam fazendo com que ela se sinta derrotada. A criança que sofre muita repressão pode não ter muita disposição para enfrentar os desafios da escola. Por outro lado, o aprendizado também pode ser afetado se a criança for permissiva e superprotegida.

Para Leite (2015) é essencial compreender que, se a criança não aprender em casa como e por que se devem seguir determinados comportamentos, dificilmente conseguirá respeitar as normas na escola. Isso pode fazer com que a criança não se adapte ao ambiente escolar e apresente atitudes indisciplinadas. É importante que os pais busquem um equilíbrio no tratamento que dão aos filhos. A criança precisa de limites e de orientação, mas também precisa se sentir amada e aceita. O desenvolvimento da criança e os problemas de autoestima e aprendizagem podem ser causados pelo excesso de críticas ou de permissividade.

A parceria entre família, escola e sociedade deve se basear em princípios importantes, como respeito às diferenças, a inclusão de todas as crianças, a colaboração de todos os envolvidos. A família pode contribuir para a inclusão de seus filhos acompanhando o processo educacional do filho, oferecendo apoio emocional e material, para que ele possa enfrentar os desafios da inclusão. Também comunicando-se com a escola para que possam compartilhar informações e trabalhar juntos pelo seu desenvolvimento. A escola pode contribuir para a inclusão oferecendo uma educação inclusiva, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. O autor

supracitado enfatiza que a escola inclusiva é aquela que adapta o currículo e as práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os alunos, oferecendo apoio aos professores. A escola deve oferecer apoio aos professores para que eles possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas e promovendo o respeito às diferenças (Leite, 2015).

Pesquisas revelam que a parceria entre família, escola e sociedade é essencial para a promoção da inclusão. Quando esses três atores trabalham juntos, é possível criar uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os indivíduos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e de participação.

Sendo assim Dessen; Polonia, (2007); Serra (2010), aportam que é de suma relevância manter uma relação entre família e escola, especificamente quanto se fala de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Pois esse vínculo entre ambas, vem beneficiar não apenas as crianças com TEA, mas para todas aquelas que se relacionar com elas, e em virtude de seus familiares ter conhecimentos relevantes, ondem os quais pode vim colaborar com o crescimento dos seus próprios filhos. Sendo assim é notável que as instituições de ensino tenham o conhecimento dos mesmos, e possa usar esses conhecimentos de modo que possa vim beneficia-lo agradavelmente.

Tendo como base tudo ao que já foi exposto nesta seção por alguns autores é notável, como a relação entre a família e escola, e indispensável na trajetória escolar dos seus filhos, as mesmas podem contribuir positivamente no crescimento tanto intelectual, quanto ao social das crianças principalmente que apresentam TEA. Como alguns autores aportam que a família em sim carregar consigo informações que podem fazer grandes diferença na aprendizagem, é na inclusão, e no preparo de um meio inclusivo para as mesmas. Sendo que a partir do momento que o professor tem o domínio dos particulares dos seus alunos o processo de elaboração de metodologia podendo vim favorece-las um ensino de qualidade respeitando as suas deferentes formas de aprender. E também tornar-se mais fácil, para os docentes elaborarem estratégias ou atividades, para que esses alunos que tem Transtorno do Espectro Autista se sintam acolhidos, e inclusos, confortável, naquele determinado ambiente.

E notório que algumas pesquisas destacam, o quanto esse vínculo ativo entre a família e escola importante tanto para alunos, quanto a família e todo o corpo docente.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

6.1 Caracterização do campo da pesquisa

Na concepção de Lakatos e Marconi (1991) a metodologia se configura como um conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento. Nesta perspectiva, o autor assegura que é a metodologia que proporcionará ao pesquisador o caminho seguro, confiável e transparente para a descrição e a explicação dos fenômenos concernentes ao objeto de estudo viabilizando um grau maior de cientificidade do estudo.

A presente pesquisa se caracteriza de acordo com os seus objetivos, como exploratória e descritiva. Exploratória porque buscará o embasamento teórico referente ao tema, por intermédio de renomados autores que desenvolveram estudos relativos à temática em questão, ampliando a visão e a compreensão sobre o tema proposto. A pesquisa exploratória proporciona ao pesquisador obter maiores informações sobre determinado assunto, facilitando a delimitação do tema de trabalho e a definição dos objetivos, e ainda, provoca a formulação das hipóteses da pesquisa, as quais a investigação pode resultar na descoberta de um novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente (Lakatos & Marconi, 1991).

Opta-se pela pesquisa descritiva porque nos possibilitará realizar um estudo detalhado, com levantamento de informações acerca do objeto de investigação. De acordo com Cervo; Bervian, D Silva (2007), a pesquisa descritiva, observa, analisa, registra e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Em sua diversa formas trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade.

Em relação a abordagem, busca-se a pesquisa qualitativa. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a ele conferem. Nesse contexto, ao discorrer sobre as características da pesquisa qualitativa, Creswel (2007) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos.

Se adotará também a pesquisa bibliográfica, pois se utilizará materiais publicados, tais como: livros, artigos, periódicos, Dissertações, Teses, e outros que

jugarmos válidos como referencial teórico para a consolidação científica desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica, conforme Amaral (2007, p. 1), [...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa. Para Severino (2007), os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

6.2 Contexto da Pesquisa

O lócus da pesquisa foi a Escola Municipal Concita Viegas, que fica localizada na Rua: Wilson Sampaio Marino, Bairro: Antigo Matadouro nº S/N, Município de Pinheiro, Estado do Maranhão. Atualmente a escola funciona os três turnos, sendo no turno matutino e vespertino e ofertado os anos iniciais do Ensino Fundamental, e no noturno e destinado a educação de jovens e adultos (EJA). Atende no total de 120 alunos divididos entre os três turnos, sendo que entres discentes 5 (cinco), deles possui Transtorno do Espectro Autista, com laudo.

A escola oferece uma sala de leitura, 4 (quarto) sala de aula, 1 (um) cartinha, e 2 (banheiros), e possui 22 (vinte e dois) funcionários, incluindo professores regentes, Tutores, coordenadores pedagógicos, assistente de serviços gerais (ASGs), vigias, secretária e diretor. E vale destacar que atualmente a escola ainda não oferece salas adaptadas para atende as necessidades desses alunos

6.3 Participantes da Pesquisa

De acordo com Jacobsen (2017), outra dimensão a ser tratada em uma pesquisa diz respeito à sua delimitação, que compreende definir os sujeitos (informantes), a população e a amostra. Segundo Steveson (1981), população é conceituada como o universo da pesquisa, pois é o todo pesquisado, do qual se pode extrair uma parcela representativa que será examinada – a amostra, ela é parte integrante da população.

A presente pesquisa contará com a participação da Diretora da escola, como também cinco professores, Tutores das crianças diagnosticada com Síndrome Espectro Autista incluída na Escola Municipal Concita Viegas, com o objetivo de obter informações sobre até que ponto a parceria família e escola contribui no processo de

inclusão das crianças com Transtorno do Espectro autista no ensino regular como forma de promover a cidadania e garantir o acesso de todos os alunos à educação.

6.4 Instrumento de produção de dados

Vale ressaltar que nesta pesquisa os instrumentos selecionados para serem utilizados para a produção de dados serão questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas e entrevista. Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário: “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

Esses instrumentos serão organizados em três partes, a primeira volta-se para a identificação das participantes em relação à idade, formação e tempo de profissão. A segunda parte busca-se informações sobre a formação e a experiência dos profissionais com a inclusão, e por fim será aplicado a entrevista com o objetivo de coletar informações sobre: Até que ponto a parceria família e escola pode contribuir para o processo de inclusão das crianças com Síndrome Espectro Autista no ensino regular. De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta.

Em seguida, os dados que serão levantados por meio de questionário semiestruturados e entrevista serão analisadas de modo individual para que possamos compreender o entendimento de cada profissional acerca de como a parceria família e escola pode contribuir para o processo de inclusão da criança com Síndrome Espectro Autista na Escola Municipal Concita Viegas.

O procedimento de produção dos dados da pesquisa se dará início a partir do contato estabelecido com a Diretora da Escola Municipal Concita Viegas mediante uma carta de apresentação (Apêndice A) de conteúdo explicativo sobre os motivos, importância e intenções da pesquisa. Em seguida foi estabelecido contato com as professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental que atuam com as crianças com Síndrome Espectro Autista incluída na instituição. Também será realizada uma entrevista junto a família com o intuito de investigar como a parceria desta com escola

pode contribuir para o processo de inclusão as crianças com Síndrome Espectro Autista incluída na respectiva instituição.

Apresentados às pesquisadas os objetivos e a relevância do trabalho, será solicitada a assinatura solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexos B e C), sendo os roteiros (Apêndice A) de igual conteúdo, entregues para o preenchimento das questões com um prazo de oito dias para que tivessem tempo suficiente para responderem e não atrapalhar o trabalho das mesmas, sendo devolvidos devidamente preenchidos dentro do prazo estabelecido.

7. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para melhor entendimento da amostra da pesquisa apresenta-se no quadro 1 as características dos participantes desta pesquisa:

Quadro 1- características dos participantes.

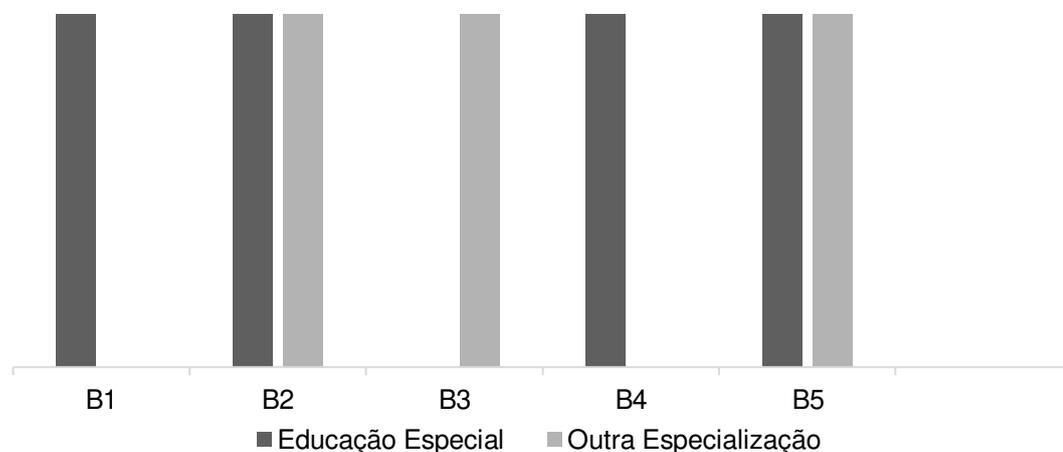
SUJEITOS DA PESQUISA	GÊNERO	FORMAÇÃO	IDADE	TEMPO DE DOCÊNCIA NA ESCOLA C. V.
B1	Feminino	Pedagogia	29 anos	3 anos
B2	Feminino	Educação física	Acima de 35	2 anos
B3	Feminino	Pedagogia	28 anos	3anos
B4	Feminino	Pedagogia	30 anos	4 anos
B5	Feminino	Pedagogia	34 anos	7 anos

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2024).

Todos os professores e tutores que participaram da pesquisa são todos do gênero feminino e como, forma de preservar a identidade dos mesmos foi utilizado B1, B2, B3, B4, B5, como meio de identificá-los.

O tempo de experiência docente dos entrevistados na escola em que o questionário foi aplicado varia de 2 a 7 anos. Os docentes e tutores quanto a sua idade B1, B3, tem entre 28 e 29 anos, B2, B4, B5, tem entre 30 a 34 anos, quanto a sua formação apenas B2 possui formação em educação física, as demais são formadas em Pedagogia. Sobre suas Especializações, apenas B2, B4 e B5 possuem especialização em Educação Especial. O gráfico abaixo apresenta informações sobre os tipos de especializações de cada docente.

Gráfico 1 – Tipos de Especializações dos Docentes



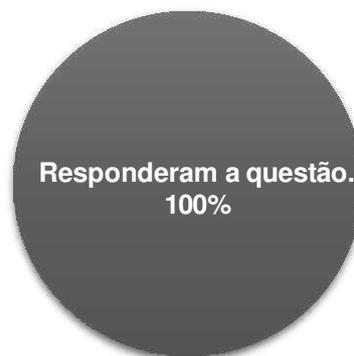
Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Vale destacar que a especialização em educação especial e inclusiva é fundamental para professores por diversos fatores importantes. De acordo com Carvalho (2015), ao ingressar em uma especialização voltada para a Educação Especial e Inclusiva, o docente adquire conhecimentos e ferramentas para o auxiliar no atendimento às necessidades individuais de cada aluno. Além disso, através do desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas, o docente acaba por melhor promover a igualdade de oportunidades a todos os alunos.

A formação continuada se constitui como um espaço de fortalecimento das práticas pedagógicas. Por sua vez, a troca de experiência se refortalece nas falas e nas interações entre colegas como uma forma de abrandar as angústias diante de resultados duvidosos ou mesmo inseguranças. Estas, por seu turno, são geradas a partir desafios que se apresentam diante de uma prática que ainda não se sustenta somente pela teoria (Carvalho, 2015, p. 21).

Ainda com base no questionário aplicado, quando perguntado sobre a percepção dos entrevistados acerca da inclusão escolar das pessoas com deficiência, e sobre a inclusão das pessoas com TEA, todos os entrevistados ressaltaram a importância e relevância da integração entre os alunos seja este uma pessoa com deficiência, TEA ou não. Reforçam ainda a necessidade de um suporte tanto pedagógico quanto estrutural da escola para melhor inclusão e desenvolvimento dos alunos. O gráfico abaixo destaca as respostas:

Gráfico 2 – Qual a sua percepção acerca da inclusão escolar das pessoas com deficiência? E sobre a inclusão das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista?



Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quadro 2- Respostas para o questionamento 2.

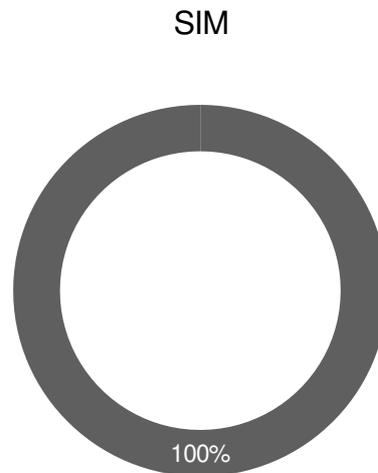
SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	A escola deveria ter o suporte tanto pedagógico, quanto físico para atender à necessidade.
B2	Considero de suma importância para que se tenha de fato uma educação plena e igualitária.
B3	Creio que tanto as pessoas com deficiência quanto as que possui TEA devem ser inclusão ao meio escolar juntamente com as crianças de forma que ele possa conviver e interagir mutuamente com as mesmas.
B4	Considero de grande relevância para que haja uma educação igualitária plena para todos. As crianças no seu processo de inclusão escolar desses alunos, sabe-se que elas necessitam de um espaço acolhedor, fora do seu laço familiar então esse meio inclusivo necessita ser adequados, adequados e adaptado e acolhedor.
B5	Acredito que todas as crianças têm o direito de ser incluída no contexto escolar independente que ela possua TEA ou não, pois é de suma importância para o seu desenvolvimento.

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

A integração entre os alunos para além de suas habilidades ou condições, contribui para com a promoção da inclusão social, criando um ambiente escolar de valorização e inclusão. Battisti e Heck (2015) explicam que interação entre os alunos contribui para com o desenvolvimento de habilidades sociais, como por exemplo, a comunicação, cooperação, empatia e resolução de conflitos.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Meneses e Sousa (2022) enfatizam que a integração entre os alunos acaba contribuindo com a troca de conhecimentos, experiências e ideias entre os alunos, tornando o ambiente escolar mais dinâmico e estimulante (Meneses, Sousa, 2022). Além disso, quando perguntado sobre a presença de alunos com TEA em sua em suas respectivas turmas, os professores ressaltaram que possuem experiência pedagógica com alunos que possuem TEA.

Gráfico 3 - Na sua sala de aula tem aluno com Transtorno do Espectro Autista?
Você tem experiência pedagógica com aluno com Transtorno do Espectro Autista?



Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quadro 3- Respostas para o questionamento 3.

SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	Sim, mas observo que enfrentam grandes desafios, que vai desde da preparação pedagógica do cuidado por ausência de recursos propicio, formações pedagógicas voltada para atende a necessidade do discente.
B2	Sim.
B3	Sim.
B4	Sim.
B5	Sim.

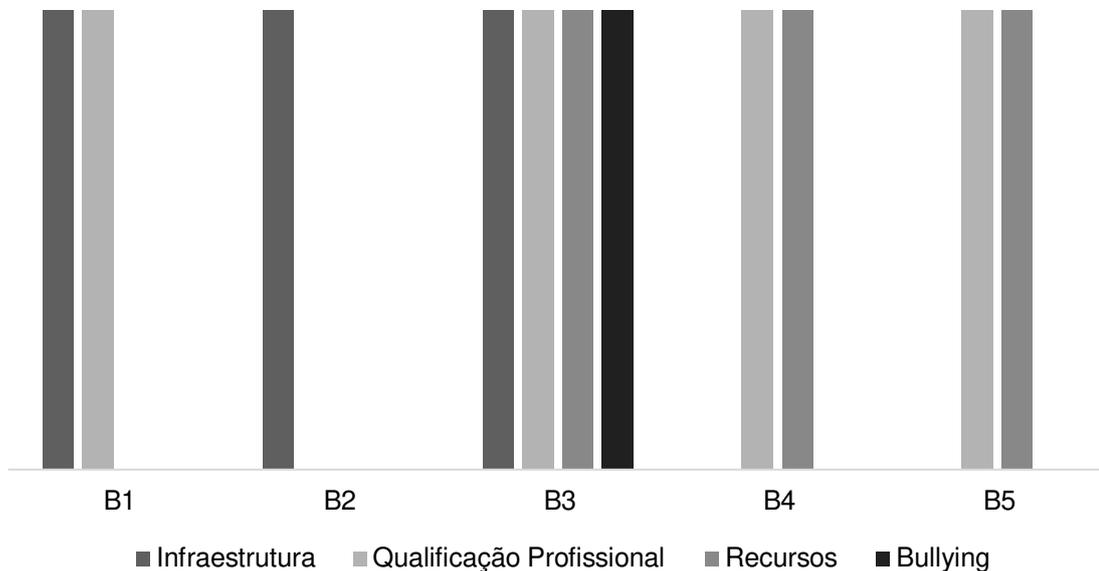
Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Ainda sobre a pergunta anterior, o entrevistado B1 destacou também em sua resposta sobre sua experiência pedagógica, os desafios em torno da preparação pedagógica necessária para dar esse suporte frente a falta de recursos apropriados ou formação pedagógica.

Sobre este ponto, Orrú (2012) reforça que a preparação pedagógica necessária para auxiliar alunos com TEA exige um domínio de vários conhecimentos teóricos, habilidades e práticas, a fim de melhor compreender as necessidades individuais de cada aluno.

Ao serem questionados quanto aos desafios enfrentados no processo de inclusão do aluno com TEA, além da falta de profissionais com qualificação para exercer tal atividade, todos destacaram a falta de estrutura e recursos adequados para facilitar esse processo, como por exemplo, a carência de tecnologias assistivas. O gráfico abaixo destaca os pontos levantados pelos entrevistados.

Gráfico 4 – Na sua concepção que desafios se apresentam no processo de inclusão escolar do discente com TEA?



Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quadro 4- Respostas para o questionamento 4.

SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	Para que a inclusão de verdade venha acontecer e necessário que vai desde da adaptação física da escola a formação adequada para os Tutores.
B2	Ambiente físico preparado para recebe-los e suprir suas necessidades.
B3	A falta de preparo de alguns profissionais, a ausência de infraestrutura, a carência de tecnologias assistiva, a pratica de bullying.
B4	A falta de recursos oferecidos pela escola, e a falta de profissionais qualificados para trabalhar na área.
B5	Muitas das vezes a falta de recursos pedagógica adaptado, e a falta de profissionais qualificados.

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quanto aos desafios enfrentados pelo docente no processo de inclusão dos alunos com TEA, Schmidt et al (2016) explica que o fato de estes apresentarem uma ampla variedade de habilidades, interesses e desafios, acaba dificultando o trabalho do docente na tentativa de atender as necessidades individuais destes alunos em sala de aula. Logo, se torna imprescindível uma adaptação curricular a fim de garantir um ambiente de aprendizado seguro e produtivo para todos os alunos.

Ainda sobre este tema, de acordo com Ribeiro e Blanco (2016), o desenvolvimento e aplicação de estratégias de comunicação eficazes com os alunos, sejam eles verbais ou não verbais, deve ser realizado a fim de garantir a compreensão e participação ativa desses alunos das atividades propostas. As autoras reforçam ainda que:

O TEA possui uma extrema complexidade educacional, sendo necessário que os professores estejam bem preparados para trabalhar com esses alunos, para que possam buscar alternativas adequadas às individualidades deles. É essa complexidade que traz angústia e dificuldades no trabalho com alunos autistas, como observado nos relatos de professores da escola na qual se insere esta pesquisadora, informalmente, durante momentos destinados a hora atividade e no conselho de classe (Ribeiro; Blanco, 2016, p. 2).

Sobre o que seria necessário para fazer com que os alunos com TEA fossem incluídos e participassem de todas as atividades propostas, os entrevistados destacaram a necessidade de um bom planejamento e metodologias adaptadas. Sobre este ponto Schmidt *et al.*, (2016) destaca que além da avaliação e planejamento individualizado, um ambiente inclusivo e acolhedor é de suma importância nesse processo. Alguns outros fatores como o apoio a comunicação, suporte comportamental, considerando os desafios que o aluno com TEA encontrará frente a sua regulação emocional, sensibilidade sensorial e habilidades sociais, a colaboração e apoio da equipe escolar é um fator indispensável nesse processo. O gráfico abaixo expõe o pensamento e a resposta dos entrevistados.

Gráfico 5 – O que você acha necessário para que o aluno com TEA seja incluído e possa participar de todas as atividades com as outras crianças?



Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

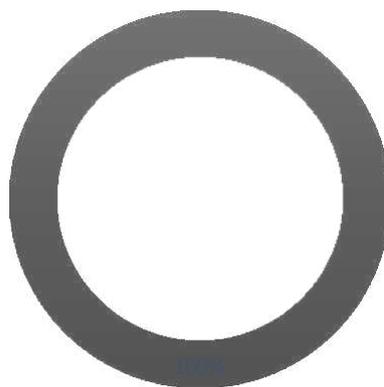
Quadro 05- Respostas para o questionamento 5.

SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	A família, na maioria das vezes, reconhece que o direito de seus filhos vai além de simplesmente serem matriculados e frequentarem as escolas, eles são omissos em uma participação ativa, mas se resumem apenas em cobrança aleatórias.
B2	Projeto político e pedagógico, profissionais habilitados para que possa fazer as devidas adequações e flexibilização das atividades
B3	Uma organização bem conceituada das tarefas e um planejamento bem adaptado e elaborado para suprir a necessidade dos mesmos.
B4	Metodologia adaptadas de acordo com a necessidade desses alunos para que eles possam ser incluídos de forma adequadas em suas atividades.
B5	É necessária uma metodologia bem planejada, e adaptado para que possa vir supri a necessidade desses determinados alunos.

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Sobre este ponto Schmidt *et al.*, (2016) destaca que além da avaliação e planejamento individualizado, um ambiente inclusivo e acolhedor é de suma importância nesse processo. Alguns outros fatores como o apoio a comunicação, suporte comportamental, considerando os desafios que o aluno com TEA encontrará frente a sua regulação emocional, sensibilidade sensorial e habilidades sociais, a colaboração e apoio da equipe escolar é um fator indispensável nesse processo.

Ainda sobre esse ponto, ao responder o questionário, os entrevistados destacaram que a escola também oferece suporte e apoio para que haja a promoção de um ambiente de aprendizado saudável para todos os alunos, conforme destacado no gráfico abaixo.

Gráfico 6 – A escola oferece algum tipo de apoio?

■ SIM

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quadro 06- Respostas para o questionamento 6.

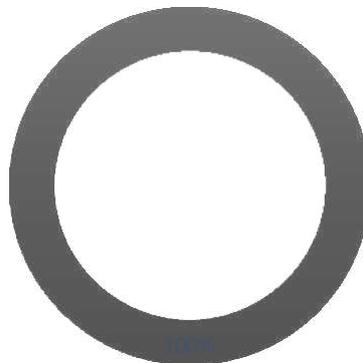
SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	Sim.
B2	Sim.
B3	Sim.
B4	Sim.
B5	Sim.

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Atualmente, o docente encontra diferentes desafios na busca por proporcionar um ensino de qualidade para todos, sem distinção. Para isso, o mesmo recorre a práticas educacionais que visam atender as necessidades e dificuldades do aluno na área educacional. Desta forma, de acordo com Glat e Pletsch (2011) a escola deve proporcionar todo o apoio necessário para atender alunos com necessidades especiais como as crianças com TEA, em função de suas características variadas, que, na maioria das vezes, acabam por comprometer seu aprendizado e socialização com outros indivíduos.

Ao falar sobre o papel da família no processo de inclusão escolar do aluno com TEA, os entrevistados salientam que a participação da família é algo extremamente fundamental e faz total diferença na obtenção de bons resultados e desenvolvimento dos alunos, conforme destacado no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Você considera que a parceria família pode contribuir no processo de inclusão escolar do aluno com TEA?



■ SIM

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quadro 07- Respostas para o questionamento 7.

SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	Sim uma boa participação vai além de deixar os filhos na porta da escola, mas em se envolver em todo desenvolvimento educacional do mesmo.
B2	Os familiares são bem presentes quando eles têm tempo estão sempre em busca de informações em relação ao desenvolvimento dos seus filhos.
B3	Com certeza, sem o apoio e ajuda da família o processo de inclusão não surte efeito adequado.
B4	A família e a escola desempenham papéis importantes no processo de inclusão das crianças com TEA, e uma parceria entre ambas é fundamental, pois a informações que uma passa para outra ajuda muito no processo de inclusão dessas crianças.
B5	Sim, quando se tem o apoio e o suporte da família nesse processo de inclusão com certeza terá um bom resultado.

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

No que se refere a contribuição da família no processo de inclusão escolar do aluno com TEA, é visto como ponto crucial para sucesso da integração do aluno. De acordo com Vieira *et al.*, (2020), manter uma comunicação aberta e frequente com a escola é fundamental durante esse processo. É destacado ainda que este diálogo entre família e escola pode se dar de diversas formas, como por exemplo, através de encontros periódicos entre pais, professores e outros profissionais envolvidos no processo a fim de discutir o progresso do aluno, identificar dificuldades e trabalhar melhor algumas estratégias.

Além do diálogo entre família e escola, Chimenes e Santana (2020) endossam o debate destacando a necessidade de uma participação ativa por parte da família no processo de inclusão escolar do aluno com TEA. Neste ponto, explicam sobre a importância da presença dos pais em reuniões de pais, eventos escolares e atividades extracurriculares, a fim de evidenciar o apoio e engajamento na vida escolar do filho.

Quanto ao nível de participação da família nesse processo, os entrevistados destacam que, os poucos pais que participam de forma mais ativa desse processo, se fazem presentes desde a construção do Projeto Político Pedagógico. Reforçam também que é visível o desenvolvimento dos alunos quando há uma parceria entre família e escola. O gráfico abaixo destaca a resposta e posicionamento dos entrevistados.

Gráfico 8 - Qual o nível de participação da família no processo de inclusão do filho com TEA na Escola em que você atua?



Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quadro 08- Respostas para o questionamento 8.

SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	Participação vai desde da elaboração político pedagógico e a exclusão do mesmo.
B2	Quando há parceria entre ambos, e notório nota-se um desenvolvimento pleno dessas crianças com TEA. Porque sempre que há uma troca de informação é muito para o processo de inclusão desses alunos dentro do âmbito escolar.
B3	A família tem uma contribuição significativa.
B4	Os pais são bem participativos, estão sempre presentes na vida escolar dos seus filhos com TEA.
B5	O nível de participação de alguns familiares desses alunos com TEA nesta escola ainda é um pouco distante, mais o pouco que participam já contribuir bastante para esse processo.

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Sobre o nível de participação da família no processo de inclusão da criança com TEA na escola, Oliveira (2015) explica que o nível de participação da família nesse processo pode variar dependendo de fatores como disponibilidade dos pais, o ambiente escolar e os recursos disponíveis. A autora destaca ainda alguns níveis de participação que podem ser identificados como básica, moderada, ativa, colaborativa ou líder através da troca de mensagens semanais com os professores, participação de eventos como Dia da Família na escola, voluntariar-se para ajudar em excursões escolares, colaborar na criação do PEI ou liderar um comitê de inclusão na escola.

Quando perguntado aos entrevistados sobre o que seria, em sua concepção, uma boa relação entre a família e a escola, todos apresentaram a necessidade do

diálogo e trabalho mútuo para se alcançar um melhor desenvolvimento do aluno, como apresenta o gráfico abaixo:

Gráfico 9 – Defende-se atualmente a importância de uma boa relação dos pais com a escola no processo de inclusão: o que é para você uma boa relação entre a família e a escola?



Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quadro 09- Respostas para o questionamento 9.

SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	Considero uma boa relação quando a um trabalho em conjunto entres ambas com os mesmos objetivos.
B2	Chama-se parceria, onde a família e a escola em conjunto visam o desenvolvimento do aluno.
B3	Uma boa relação entre família e escola é quando ambos caminham com um só objetivo de contribuir no processo de inclusão e de aprendizagem da criança de uma forma adequada.
B4	Nota-se que uma boa relação entre família e a escola, quando há a troca de diálogo, informações, e quando ambas caminham com os mesmos objetivos.
B5	Entende-se como uma boa relação quando a duas instâncias trabalham lado a lado dividido as obrigações, com os mesmos propósitos, e os mesmos objetivos.

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Vieira *et al.*, (2020) explica que a parceria existente entre a família e a escola é um componente vital para a inclusão eficaz de alunos com TEA e sucesso deste processo. Salaria ainda que, através de uma comunicação clara, em conjunto com uma participação ativa, formação contínua e suporte emocional, essa parceria proporciona à criança um ambiente educacional que colabora com o seu desenvolvimento e bem-estar.

No que se refere ao papel das famílias na inclusão educacional da criança com TEA, Cabral *et al.*, (2021) a participação da família é parte fundamental para o sucesso

no processo de inclusão do filho com TEA na escola. Estes devem desempenhar um papel ativo na colaboração junto a equipe escolar. Este suporte pode se dar através do compartilhamento de informações com os professores e gestão escolar, participação em reuniões e planejamento, fornecendo suporte em casa, tudo isso a fim de proporcionar ao aluno um ambiente educacional que, além de atender suas necessidades individuais, possa contribuir para com o seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

Ao serem questionados quanto a forma de fortalecimento dessa parceria entre família e escola para o processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos com TEA, os entrevistados apresentaram que o diálogo e a troca de informações, acima de tudo, são as formas de fortalecimento mais importante, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 10 – De que maneira a parceria família e escola pode se constituir elemento capaz de fortalecer os processos pedagógicos desenvolvidos, e consolidar a autêntica inclusão do aluno com autismo?



Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quadro 10- Respostas para o questionamento 10.

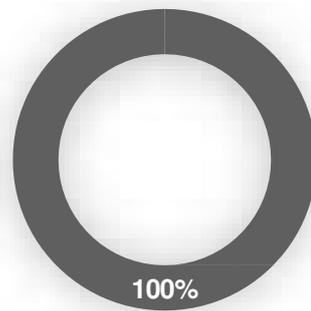
SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	Nas trocas de informações, e está sempre presente no contexto educacional.
B2	Estando aberta a diálogo disposta a realmente está em parceria com o corpo escolar.
B3	A família pode colaborar de maneira muito especial para o desenvolvimento, levando informações sugestões e opiniões para que as crianças se sintam mais incluídas das acolhidas no âmbito escolar.
B4	Sabe-se que a família e o meio onde essa criança passa a maior parte do seu tempo, então acredita-se que carrega consigo informações importantes que pode facilitar o processo de inclusão dessas crianças.
B5	Está sempre trocando informações, opiniões, que possa se um meio facilitado para que esses alunos possam vim ser incluso no contexto escolar.

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Sobre a consolidação do processo de inclusão do aluno com autismo na escola, deve-se destacar que este é um processo contínuo que envolve uma série de práticas e estratégias abrangentes. Além da participação familiar de forma ativa, Chimenes e Santana (2020) elencam outros pontos importantes desse processo, como por exemplo, a capacitação para professores, coordenadores, e demais funcionários sobre TEA e o desenvolvimento de estratégias de inclusão, adaptação do currículo e das atividades de sala de aula, promoção de uma cultura escolar inclusiva destacando a diversidade através da valorização e respeito, métodos de ensino diferenciados, programas de educação socioemocional que possam colaborar para com o desenvolvimento de habilidades como empatia e comunicação.

Para os entrevistados, a troca de informações entre a família e a escola é imprescindível para o fortalecimento dos processos pedagógicos e consolidação da inclusão do aluno com TEA. Dessa forma, reforçam ainda que as informações que as famílias repassam a escola são indispensáveis para elaboração de um bom planejamento e organização de atividades para sucesso no processo de inclusão dos alunos com TEA. O gráfico abaixo apresenta as respostas dos entrevistados quanto a relevância das informações oferecidas pelos pais.

Gráfico 11 – Como as informações sobre o aluno com autismo, oferecidas pelos pais, podem ajudar no processo escolar inclusivo?



■ RESponderam a questão

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

Quadro 11- Respostas para o questionamento 11.

SUJEITOS	RESPOSTAS
B1	As informações fornecidas pelos pais são bases para o processo de desenvolvimento escolar.
B2	Uma vez que os pais os reconhecem., sabem limitações e habilidades, fornecendo-as, pode-se focar e planejar de forma efetiva.
B3	As informações são fundamentais pois auxiliam na pesquisa e na preparação do professor para que o mesmo possa se planejar e organizar de maneira adequada no processo de inclusão.
B4	As informações repassadas pela família contribuir de forma significativa no processo inclusivo das crianças com TEA, podendo facilitar na escolha de uma boa metodologia, que possam facilitar ainda mais o aprendizado dessas crianças. Os pais têm conhecimento sobre os seus gostos, sua habilidade e entre outros, então as informações oferecidas pelos familiares ajudam muito nesse processo.
B5	As informações que são repassadas pela família e de grande relevância no processo inclusivo dos alunos com TEA, podendo facilitar muito no processo de inclusão desse discente, na sua aprendizagem, na sua adaptação dentro do contexto educacional.

Fonte: Dados da pesquisa realizados pela autora (2024).

As informações fornecidas pelos pais são sobre seus filhos são fundamentais para a eficácia do processo escolar inclusivo. Schmidt *et al.*, (2016) destaca que através dessas informações é possível que se tenha um melhor conhecimento das necessidades específicas dos alunos, colaborando para com o desenvolvimento de estratégias de ensino personalizadas. Além disso, tais informações permitem também uma melhor comunicação e interação social, bem como, a elaboração de planos de suporte e intervenção.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, de acordo com Cabral *et al.*, (2021), essas informações também permitem com que se tenha um melhor monitoramento e avaliação contínuos através do feedback dos pais sobre o progresso e dificuldades do aluno, o que permite a identificação da necessidade de ajustes nas estratégias de ensino, contribuindo também para com uma melhor relação através da parceria e colaboração entre família e escola.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi abordado no decorrer deste trabalho, percebemos que a parceria família e escola, e de suma importância para o processo de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista, e para seu desenvolvimento tanto cognitivo, social quanto emocional. Para esses discentes a maneira que eles devem ser incluídos precisa de diferenciado, acolhedor, ondem eles possam se sentirem seguros, acolhidos.

Diante o que se observou na instituição lócus da pesquisa, e através do que foi mencionada pelas participantes no decorrer da entrevista, percebe-se que a parceria entre a escola e a família, e de suma relevância para o processo de inclusão dos alunos, e também vieram destacar a importância de uma comunicação ativa entre ambas e as informações repassadas nesses momentos pelos familiares também são essenciais para se tornar os ambientes mais acessíveis.

Percebe-se que tantos os professores quantos aos tutores possuem especialização em educação especial, o que pode ser importante para o ensino e aprendizagem e a inclusão desses alunos no contexto educacional. E os mesmos também vem destacar a importância das trocas de informações entres os familiares e a escola na elaboração da metodologia de ensino, que vem facilitar a adaptação das crianças com Transtorno do Espectro Autista nas atividades de sala de aula.

Observa-se que a relação entre família e escola, e uma das soluções para que essas crianças autistas possam vim ser incluídas não só no âmbito escolar mais também na sociedade ondem está inserida. Sendo que a escola precisa ser apta para desenvolver esse trabalho com os alunos autistas, pois através das informações compartilhadas entre ambas, essas crianças serão acolhidos (as), de acordo com as suas necessidades, será desenvolvida uma metodologia de qualidade, que venha contribuir no processo de crescimento e inclusão desses discentes com Transtorno do Espectro Autista.

Desta forma, podemos destacar, a relevância desta pesquisa foi de suma importância para a construção e aperfeiçoamento dos conhecimentos acerca da temática pesquisada. E esperamos que possa vir contribuir com novas pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

APA. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-V: Diagnostic and Statistical manual of mental disorders (5th ed.). Washington, DC. 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1999.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>> Acesso em: 01 julho. 2024

BATTISTI, Aline Vasconcelo; HECK, Giomar Maria Poletto. **A Inclusão Escolar de Crianças com Autismo na Educação Básica**: Teoria e Prática. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>>. Acesso em: 26/04/2024

BAILER, Mariana, VOLTOLINI, Reinaldo: Autismo história de um quarto de uma história: São Paulo: psicol, estud. V. 27, e45865. 20022.

BORGES, J. A. S.; PEREIRA, A. C. C. O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação. Revista Serviço Público, n.67, v. 4, out/dez. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira INEP. Censo Escolar. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em agosto de 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos humanos e Cidadania: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Viver sem limite. Brasília.2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Especializada e Temática. Linha de cuidado para a atenção às Pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias** na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria De Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção integral às pessoas com Transtorno do espectro do autismo e suas famílias no sistema único de saúde. Brasília, 2013. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/autismo_cp.pdf Acesso: 20 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Do Espectro Autista. Brasília: [s. n.], 2014.

BRASIL. Ministério dos Direitos humanos e Cidadania: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Novo Viver sem limite. Brasília. 2023

BRASIL. LDB. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: 1988. LEI Nº 13.977, DE 8 DE JANEIRO DE 2020. Declaração de Salamanca. Princípios, Política e Prática em Educação Especial. 1994.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º Do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm . Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Lei no 7853/89 de 24 de outubro de 1989. Apoio as pessoas portadoras de deficiências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm, acesso em 30/06/2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP: 1994.

Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRANDÃO DA SILVA, Ana Layane; DE CARVALHO MENEZES, Aurelania Maria. O Papel da Família do Aluno Autista no Processo de Inclusão Escolar. **Id on Line. Revista de Psicologia**, v. 16, n. 64, 2022.

CABRAL, Cristiane Soares; FALCKE, Denise; MARIN, Ângela Helena. **Relação Família-Escola-Criança com Transtorno do Espectro Autista**: Percepção de Pais e Professoras. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.27, e0156, p.493-508, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbee/a/STKcXJNwvxqhGk5QKh8WpLP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25/04/2024.

CARVALHO, J. B. S. **A Importância da Formação de Professores na Escola Inclusiva**: Monografia (Especialização em Educação Inclusiva) Universidade de Brasília – UnB. Brasília. 2015. 09-46. Disponível em https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15756/1/2015_JoscildeBeniciaDosSantosCarvalho_tcc.pdf Acesso em 19/08/2024

CHIMENES, Giovana Mariza; SANTANA, Maria Luzia Da Silva. **Parceria família e instituição de educação para inclusão de crianças autistas**. v. 11. n. 2 (2020): REVISTA ANÁPOLIS DIGITAL, 2020. ISSN 2178-0722. Disponível em: <https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/wp-content/uploads/2023/vol11/2.pdf>. Acesso em: 28/04/2024.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: do que estamos falando?. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, p. 19-30, dez. 2011. ISSN 1984-686X. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395/2569>. Acesso em: 02/01/2025.

CANEDA, Cristiana Rezende Gonçalves; CHAVES, Tânia Marisa Lopes. A percepção do professor e do tutor frente à inclusão da criança com autismo no ensino regular. **Aletheia**, n. 46, 2015.

CRESWEL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015. 140 p.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino e SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall. Acesso em: 12 abr. 2024. 2007

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002 - 5ª ed

DEZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, 432 p.

DE FARIAS, Crysllane Pereira Santos et al. A inclusão de crianças com autismo no âmbito educacional: desafios e perspectivas. **Revista Internacional de Estudos Científicos**, v. 1, n. 2, p. 220-234, 2023.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como Contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia. Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

EVÊNCIO, K. M. de M.; FERNANDES, George Pimentel. História do Autismo: Compreensões Iniciais. *Id on Line Rev.Mult. Psic.*, 2019, vol.13, n.47, p. 133-138. ISSN: 1981- 1179

FERREIRA, Mônica; FRANÇA, Aurenia. O autismo e as dificuldades no processo de

Aprendizagem escolar. Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 11, n. 38, p. 507-519, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/916/1291>. Acesso Em: 13 mar. 2023.

GIKOVATE, Carla Gruber. **Autismo: compreendendo para melhor incluir**. Rio de Janeiro, 2009. 35 p. Disponível em: <<http://www.carlagikovate.com.br/aulas/autismo%20compreendendo%20para%20melhor%20incluir.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto 2020.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Cultural, S.A, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011

HONDA, Fernanda Ramaglia. **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ABORDAGEM SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ACESSO À SOCIEDADE**. Monografia- Universidade de São Paulo, Faculdade de Ciências Farmacêutica, Curso de Graduação em Farmácia-Bioquímica: São Paulo: 2020

JACOBSEN, A. L. et. Al. Perfil Metodológico de Pesquisa elaboradas no âmbito das Instituições de Ensino Superior brasileiras: Uma análise de publicações feitas pela Revista ciências da administração. In:” XII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Mar Del Plata/Argentina. 2017

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, 2, 217-250. 1943.

LAKATOS, Eva Maria; DE ANDRADE MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Francisca Oleania Torquato. Família e escola: parceria necessária para erradicar o fracasso escolar. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação, Lisboa, 2015. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6276/DISSERTAÇÃO%20FRANCISCA%20OLEANIA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírlley. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, p. 117-130, 2014.

LIMA, Nadia, A; DAVID, Priscila, B; Mendes, Débora, L, L: políticas públicas voltadas a inclusão educacional de alunos com autismo. Revista: educar mais. Volume 8. Pag: 52,68, dezembro:2023.

MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes; CIA, Fabiana. **Educação Especial e a Relação Família - Escola**: Análise da produção científica de teses e dissertações.

São Carlos, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572015000200349&lng=pt&tlng=p. Acesso em: 16 abr. 2019.

MARTINHAGO, F., & CAPONI, S. (2019). Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 29(2), 1-19

MENESES, Francília Sousa; SOUSA, Francisca Maria da Cunha de. **Inclusão de alunos autistas no ensino regular**: análise sobre as práticas pedagógicas. Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação. V.01 N. 02, 2022. Disponível em: <<https://revistasalaoito.com.br/article/10.29327/235555.1.2-8/pdf/wwwsalaoito-1-2-122.pdf>>. Acesso em: 25/04/2024.

MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** / Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação– 2012.160 f.

MANTOAN, T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª ed. Moderna. São Paulo. 2003.

MONTEIRO, F. C. B. **A inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista**: novos desafios e possibilidades. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

MEIRELES David, Taís: **Transtorno do Espectro Autista** / . -- 2023.19 f. Trabalho de conclusão de curso, (Especialização) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Pediatria, Porto Alegre, BR-RS, 2023

NUNES, D. Autismo e inclusão: entre realidade e mito. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **Dimensões Pedagógicas nas práticas de inclusão escolar**. 1. Ed. Marília: Abpee, v. 2, 2012

OLIVEIRA, Andréia Cosme de. **O Papel Da Família No Processo De Inclusão Escolar Do Aluno Com Transtorno Do Espectro Autista**. Monografia. Universidade de Brasília – UnB. Instituto de Psicologia – IP. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS. Brasília: 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15065/1/2015_AndreiaCosmeDeOliveira_tcc.pdf. Acesso em: 28/04/2024.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. ICD-11 Application Programming Interface (API). Genebra: OMS, 2021. Disponível em: <https://icd.who.int/icdapi/>. Acesso em 17 jun. 2021.

PAOLI, Joana d, MACHADO, Patrícia, FERNANDES Lootens. Autismo em perspectiva-cultural, revistas., *Gesto Debate*. Campo, Grande – MS, Vol. 22, n. 32, p. 534-565, jan/dez.

PADILHA, Marisa do Carmo Prim. **A musicoterapia no tratamento de crianças com perturbação do espectro do autismo**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira Interior (Portugal).

RIBEIRO, Elza Maria Alves; BLANCO, Marília Bazan. **Um Estudo Sobre as Propostas de Intervenção com Crianças Autistas em Sala de Aula**. PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional, Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uenp_elzamarialves.pdf>. Acesso em: 25/04/2024.

STEVENSON, William. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981

SCHMIDT, Carlo *et al.*, Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicol. Teor. Prat.** São Paulo, v. 18, n. 1, p. 222-235, abr, 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25/04/2024.

SANTOS, C.I.; JUNIOR. J. Autismo e Políticas Públicas de Inclusão Escolar. X Congresso Internacional de Licenciaturas (Comunicação Oral) Recife/PE.2023.

SANTOS, M. P. dos. **A inclusão e as relações entre a família e a escola**. Espaço – Informativo Técnico do INES, n. 11, p. 40-43, jun. 1999.

SANTOS, E. R. *et al.*, Autismo: Caracterização e Classificação do Grau de severidade dos alunos da Associação maringaense dos autistas (AMA) com base no método CARS. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSC. V.15, n.3, pp.37-41 (jun. /ago.) 2016.

SERRA, Dayse. **Autismo, família e inclusão. Polêmica**, Revista Eletrônica, v. 9, nº 1, p. 40-56, jan./mar. 2010.

SILVA, Ana Carolina Rodrigues, DIAS, Marcelo: organizadores. Transtorno do espectro Autista: do conceito ao processo terapêutico. Livro eletrônico. São José/SC FCEE, 2018

SCHMIDT, Carlo *et al.*, **Inclusão escolar e autismo**: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicol. teor. prat.** São Paulo, v. 18, n. 1, p. 222-235, abr, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25/04/2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. Ver. E **Atual. São Paulo: Cortez, 2007.**

SOUZA, Thaís Teixeira de; BENÍCIO Edgard Ricardo. **O Papel da Família na Educação Inclusiva**. Instituto Federal Goiano, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2969/1/tcc_Thais%20Teixeira%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 08 dez.2023.

SUPLCY, A. MAZZILLI, Autismo Infantil: Revisão Conceitual. Revista Neuropsiq. da Infância e da Adolescência. 1 (1) p.21- 28. São Paulo. 2003. Disponível em http://www.psiquiatriainfantil.com.br/revista/edicoes/Ed_01_1/in_01_06.pdf. Acesso em 16/08/2024

TAMANAHA, Ana Carine, PERISSINOTO, Jacy, CHIARI, Brasília Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do autismo infantil e da síndrome de asperger. Ver, só, Brás, Bras, Fonoaudiol. 2008; 13 (3): 296-6.

VIEIRA, Marilda Alves de Carvalho; DORNELAS, Marilvania Cardoso; ROCHA, Ana Paula de Araujo. **A Importância Da Família No Processo De Inclusão Escolar Do Aluno Com Transtorno Do Espectro Autista:** Um Artigo: Pesquisa De Campo. Anais do 2º Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsoma, p. 526-539, 2020. Disponível em: <https://finom.edu.br/assets/uploads/cursos/tcc/202101281001345.pdf>. Acesso em: 28/04/2024.

ANEXOS**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE PINHEIRO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO****TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a responder o questionário que compõe o trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Família e Escola: Uma parceria necessária para o processo de inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista” realizado pela discente Jaina Cristina de Sá Sodré, do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão, Campus de Pinheiro, sob a orienta o da Prof.^a. Ma. Maria Lúcia de Souza Holanda.

Se estiver de acordo, por gentileza responda o questionário a seguir e assine este **termo**.

Questionário para Professores

I Parte

I. Dados de Identifica o

Idade:

() 25 a 30 anos () 30 a 35 anos () acima de 35 anos

Forma o _____

Especializa o () sim () não

Qual? _____

Há quanto tempo na escola? _____

Em que nível/ ano atua? _____

II Parte

II. Qual a sua percepção acerca da Inclusão escolar das pessoas com deficiência? E sobre a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista?

III. Na sua sala de aula tem aluno com Transtorno do Espectro Autista?

IV. Você tem experiência pedagógica com aluno com Transtorno do Espectro Autista?

V. Na sua concepção que desafios se apresentam no processo de inclusão escolar do discente com TEA?

VI. O que você acha necessário para que o aluno com TEA seja incluído e possa participar de todas as atividades com as outras crianças? A escola oferece algum tipo de apoio?

VII. Você considera que a parceria família e escola pode contribuir no processo de inclusão escolar da criança com TEA?

VIII. Qual o nível de participação da família no processo de inclusão do filho com TEA na escola em atua?

IX. Defende-se atualmente a importância de uma boa relação dos pais com a escola no processo de inclusão: O que é para você uma boa relação entre a família e a escola?

X. Entende-se que a tarefa educativa exige a participação de diferentes grupos (escolares, familiares, docentes). De que maneira a parceria família e escola pode se constituir elemento capaz de fortalecer os processos pedagógicos desenvolvidos, e consolidar a autêntica inclusão do aluno com autismo?

XI. Como as informações sobre o aluno com autismo, oferecidas pelos pais, podem ajudar no processo escolar inclusivo?

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Pinheiro, _____ de _____ de _____

Assinatura do Sujeito de Pesquisa